MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

Superintendente Regional
Luiz Gugé Santos Fernandes

Superintendente Regional Substituto
Marcos Antonio Silva Nery

Equipe da Superintendência Regional do INCRA/Bahia

Procurador Chefe/PFE
Carlos Geraldo Valadares Júnior

Divisão de Administração
Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos
Sérgio Ricardo Rezende

Divisão de Ordenamento Fundiário
Luiz Eduardo Chagas Barreto

Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamentos
Paulo Luiz Coqueiro Andrade

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009**.**

Salvador, 15/03/2010

Sumário

1. **Identificação de Relatório de Gestão Individual** 8

2. **Objetivos e metas institucionais** 9

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. 9

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. 10

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária 11

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento . 13

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento 17

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa 19

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade 21

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais 21

Principais Ações do Programa 22

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária... 20

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais 24

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária... 27

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária 29

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 31

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 33

Principais Ações do Programa 34

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento 34

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento 34

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol..... 40

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento 44

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária... 46

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária 48

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas 50

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 48

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 57

Principais Ações do Programa 58

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural 58

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural 61

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional 55

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais 58

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas 59

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas 67

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 68

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 70

Principais Ações do Programa 71

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 71

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo 67

Principais Ações do Programa 67

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.. 67

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola 79

Principais Ações do Programa 80

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos. 80

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos 72

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo 74

Principais Ações do Programa 75

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo 75

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social 77

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária 78

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 91

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura 83

Principais Ações do Programa 84

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados 84

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa 98

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo 110
Principais Ações do Programa 111
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade 111
2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática 116
2.4 Desempenho Operacional 118
2.4.1. Programação Orçamentária 118
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO) 118
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes 118
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital 118
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência 118
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 119
2.4.2 Execução Orçamentária 120
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 120
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação 120
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 121
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa 122
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais 123
2.4.5. Indicadores de Desempenho 126
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos 127
3.1 Composição dos Recursos Humanos 1276
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos 127
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos 128
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra 129
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir 130
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos 131
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 133
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos... **Erro! Indicador não definido.**
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 134
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício 135
7. Previdência Complementar Patrocinada 145
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos 146
9. Renúncias tributárias 147

10. Operações de fundos 148

11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno 149

11B. Determinações e recomendações do TCU 150

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício 152

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV 153

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão 154

15. Informações Contábeis da Gestão 155

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins 165

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			**Código SIORG**: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	**Código LOA:** 49201		**Código SIAFI: 305000**
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral			**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3505-5306	(071) 3505-5307	(071) 3371-0094 FAX
Endereço eletrônico: luiz.guge@sdr.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP. 41213-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Todas as Portarias, Instruções, Resoluções, Normas de Execução e Regimento Interno podem ser acessados pelo Portal do Incra na Internet.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Portal do Incra na Internet possui um completo acervo de publicações relacionadas à questão agrária no país, assim como Doutrina e Jurisprudência da área.			

2. Objetivos e metas institucionais

a. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária
- A produção de alimentos básicos
- A geração de ocupação e renda
- O combate à fome e à miséria
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
- A interiorização dos serviços públicos básicos
- A redução da migração campo-cidade
- A democratização das estruturas de poder
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo Incra deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e

normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País.

No âmbito da Superintendência Regional do Incra na Bahia (SR-05), foi reestruturada a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, tendo como proposta a concepção de desenvolvimento territorial, onde equipes multidisciplinares tratam conjuntos de Territórios de Identidade previamente determinados, chamado de mesorregião, promovendo, inclusive, uma maior aproximação e conhecimento entre técnicos do Incra e comunidades assistidas. Ainda no Desenvolvimento, através de parceria com o Governo do Estado da Bahia, foi estendida a Assistência Técnica e Capacitação de Assentados para quase todos os Projetos de Assentamento de sua área jurisdicionada, que vai viabilizar, inclusive, um diagnóstico mais preciso da realidade atual das famílias assentadas.

A Divisão de Obtenção buscou focar as áreas com maior mobilização social. Para reduzir conflitos locais, buscou-se gerar alternativas de vistoriar outros imóveis nas imediações, buscando informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, quando aquele imóvel priorizado foi inviabilizado por razões técnicas agronômicas ou legais.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária buscou priorizar as ações referentes à regularização de Territórios Quilombola, em função da grande e crescente demanda por esta ação. Outra atividade priorizada pela Divisão foi a Certificação de Imóveis Rurais em conformidade com a Lei 10.267/01, não só em razão da forte e crescente demanda, mas também com o propósito de otimizar o processo de Ordenamento Fundiário no Estado da Bahia, possibilitando o melhor gerenciamento da malha fundiária estadual.

b. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Em 2009, a Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05) teve como propósito contribuir ativamente para o desenvolvimento rural sustentável no estado, implantando um processo de fortalecimento e desenvolvimento institucional, otimizando processos, qualificando servidores, articulando parcerias e melhorando sua estrutura física.

Dentre os principais pontos de estrangulamento, que levaram a SR a adotar a estratégia de fortalecimento institucional, estão a desmotivação de parte dos servidores em virtude de questões salariais e de valorização do seu trabalho perante a sociedade, a desaparelhagem do órgão e a morosidade e burocracia dos processos.

Por outro lado, o alinhamento político-institucional da SR-05 com a direção do órgão, com o Governo do Estado e boa parte dos municípios baianos; a disponibilidade de terras para Reforma Agrária e a mudança e paradigma do modelo de desenvolvimento em consonância com a missão do Incra, criaram oportunidades que esta superintendência buscou aproveitar em sua estratégia de atuação.

i. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05, regimentalmente tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária no Estado. Para tanto, coordena e supervisiona a execução das atividades de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

Ao Serviço de Cadastro Rural compete a organização, a manutenção e a atualização das informações referentes aos imóveis rurais do Estado da Bahia, de proprietários e detentores desses imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Também é atribuição deste Serviço o desenvolvimento de ações de fiscalização de imóveis rurais, de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país, além da análise de processos oriundos das descaracterizações na malha fundiária (parcelamentos, transformação rural/urbana, além de outras).

Não obstante, desprende-se destas atividades do Serviço de Cadastro uma gama de procedimentos administrativos. Cita-se como exemplo o levantamento e análise de dados literais, cartorários e cadastrais de imóveis rurais, pesquisas nos sistemas de informação, disponibilização de informações através das respostas aos ofícios diversos oriundos de particulares e de diversas instâncias do poder judiciário, o treinamento e atendimento às Unidades Municipais de Cadastro (UMC).

O Serviço de Cartografia da SR-05 gerencia todas as atividades relacionadas ao Geoprocessamento, Topografia e Sistemas de Informações Georreferenciadas no âmbito da Superintendência. Dentre as diversas atividades deste Serviço estão, atualmente, o suporte técnico necessários às ações de demarcação de Projetos de Assentamento, de instalação e manutenção da Rede INCRA, de rastreamento de sinais de satélite e da produção de dados padronizados de natureza cartográfica. É também inerente ao Serviço, a Certificação de Imóveis Rurais em atendimento à Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, conforme Lei 10.267/01, além da organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Ademais, em razão das atividades relacionadas à Topografia e ao Geoprocessamento associadas à capacidade técnica de seu quadro de pessoal, este Serviço representa um excelente espaço para discussões, troca de informações e disponibilização de dados às diversas Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, além de ONG(s) e Universidades.

O Serviço de Regularização Fundiária nesta Superintendência tem como principal atividade a propositura, junto à instância especifica do Governo do Estado, de ações intervencionistas na malha fundiária estadual visando sua regularização. Este Serviço não realiza a discriminação e arrecadação direta de terras devolutas e terras públicas da União devido a sua jurisdição, ou seja, fora da Amazônia legal e áreas de fronteira.

Ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas compete a coordenação e execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, destacando-se entre estas, a identificação e orientação das comunidades, elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios (RTID), cadastramento das famílias, publicação do edital e encaminhamento do RTID.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária no exercício 2009 priorizou as ações referentes à regularização de Territórios Quilombola, em função da grande e crescente demanda por esta ação. Observa-se, entretanto, que se por um lado cresceram o número de certidões de reconhecimento destas comunidades, por outro lado ocorreu uma acentuada redução da capacidade operacional da SR para os encaminhamentos relativos aos RTIDs.

O trabalho realizado pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária em 2009, demonstrado nos tópicos seguintes, indicam que, apesar das dificuldades, as estratégias utilizadas têm trazido resultados efetivos no curto prazo para algumas atividades e projetam melhores resultados a médio e longo prazos nos próximos anos.

A projeção de melhores resultados fundamenta-se numa série de alterações e melhorias do ponto de vista normativo, tecnológico e administrativo relacionados com as atribuições da Divisão tais como o novo Sistema de Cadastro de Imóveis Rurais, a segunda edição da Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o parecer favorável a terceirização da elaboração de RTID, a nova legislação para indenização de imóveis rurais de Territórios Quilombolas, o convênio com Governo Estadual para regularização fundiária, etc.

ii. Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Incra na Bahia (SR-05), abarca as atividades regimentais, se estruturando a partir dos Serviço de Obtenção, do Serviço de Implantação de Assentamentos, do Serviço de Meio Ambiente e de uma Coordenação Técnica das ações de vistoria e avaliação, exercida pelo Assistente Técnico.

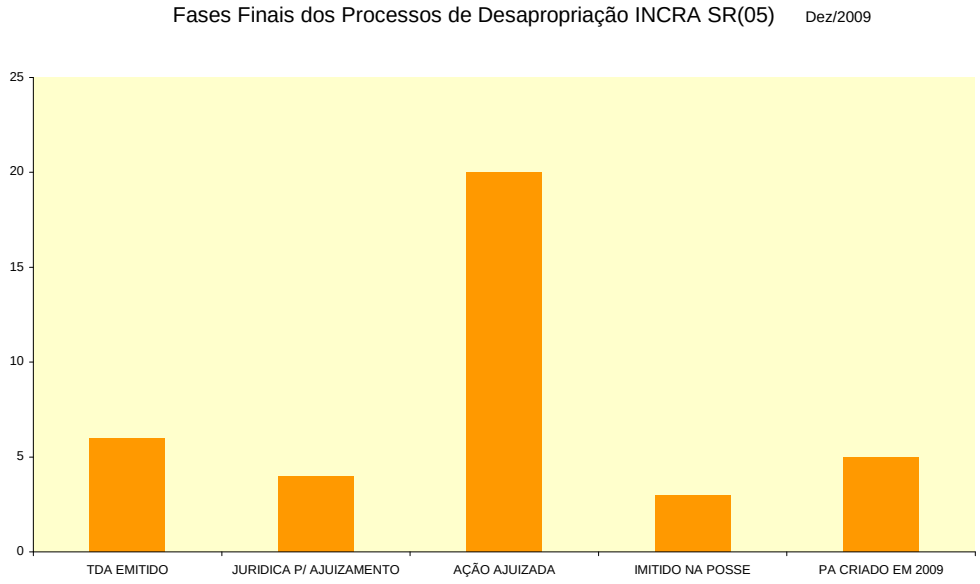
Ao Serviço de Obtenção se designa nesta Regional as ações preparatórias de recebimento de pauta dos movimentos sociais, busca e análise dos documentos cartoriais, instrução processual, notificação e comunicados ao representante legal do imóvel, comunicado a diversos órgãos públicos sobre interesse concorrente e atendimento ao público.

O Serviço de Implantação de Assentamentos se responsabiliza pelo cadastramento e seleção de famílias para o assentamento em projetos de assentamentos criados, em vagas existentes em projetos já existentes ou em áreas reconhecidas pelo INCRA. Providencia os atos de criação e de implantação de projetos de assentamentos, elabora documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento, gerencia o SIPRA e aplica as ações referentes à NE 70, que visa à correção de inconsistências no assentamento de famílias.

Ao Serviço de Meio Ambiente tem-se a recepção, análise e encaminhamentos junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA, dos requerimentos das licenças dos imóveis em processo de obtenção. Também se responsabiliza pelo licenciamento e recuperação de áreas degradadas, através de formalização e supervisão de convênios e contratos; elabora inventário florestal em imóveis em processo de obtenção ou em projetos de assentamentos quando há necessidade de caracterizar a vegetação para calcular o Grau de Utilização da Terra – GUT, ou para propor supressão de vegetação.

A Coordenação Técnica tem sido designada para programação, execução e monitoramento das vistorias e avaliações de imóveis rurais; participação nas perícias judiciais, bem como instrução técnica aos questionamentos jurídicos acostados ao processo administrativo de desapropriação; coleta e manutenção atualizada de dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais, através da Câmara Técnica Agronômica.

A prioridade das ações da Divisão de Obtenção tem sido de atendimento das metas através das desapropriações. Observa-se, entretanto, que a crescente gama de procedimentos para a obtenção de imóveis, que foram normatizadas para garantir mais segurança aos processos administrativos, ampliou o prazo para sua tramitação. Depende-se cada vez mais das manifestações, da agilidade ou de documentos externos (Cartórios, Fundação Palmares, órgão de terras do Estado, IMA, DNPM, FUNAI, correios, ICMBio, SPU, Vara Agrária). Além disso, a Bahia possui uma das legislações ambientais mais restritivas do país, o que gerou a necessidade de qualificar melhor os laudos agronômicos de vistoria, bem como destinar engenheiros agrimensores para elaboração de mapas de uso atual e de uso proposto com a padronização exigida. Nota-se também que os proprietários estão mais bem assessorados, interpondo impugnações com argumentações mais fundamentadas, ou dificultando a fiscalização de campo. Por fim, tem-se os atrasos nas imissões de posse, após o ajuizamento das ações, que tem retardado o assentamento de famílias, como pode ser visto no gráfico a seguir, que demonstra o quantitativo de processos em fase final de tramitação, em dezembro de 2009. Observa-se certa fluidez nas fases anteriores e posteriores ao ajuizamento da ação.



A estratégia de atuação da Divisão de Obtenção foi então de intensificar a quantidade de vistorias em campo, ampliando o leque de possibilidades de assentamentos de famílias, focando nas áreas com maior mobilização social. Neste sentido, em 2009, foram efetuadas 102 vistorias de imóveis rurais. Para reduzir conflitos locais, buscou-se gerar alternativas de vistoriar outros imóveis nas imediações, buscando informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural, quando aquele imóvel priorizado foi inviabilizado por razões técnicas agronômicas ou legais.

Este esforço resultou em um número significativo de áreas decretadas em relação às demais Superintendências, como pode ser identificado no gráfico a seguir, demonstrando que a Bahia publicou 3,32 vezes mais decretos que a média das demais superintendências:

Parte das dificuldades identificadas está sendo gradativamente superada, como pode ser visto no quadro abaixo, devido ao incremento de áreas decretadas, comparando o ano de 2006 aos subseqüentes:

DECRETOS DE INTERESSE SOCIAL EMITOS PELA SR(05)							
2006		2007		2008		2009	
Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
10	15.715	20	34.966	22	52.972	33	82.384

Foram vistoriados 102 imóveis no ano de 2009, totalizando 158.926,17ha. Dos processos de obtenção de terras em andamento tinha-se ao fim de dezembro de 2009 um total de 775 processos ativos, tramitando nas diversas fases. Para melhor visualização deste fluxo, optou-se aqui por agrupá-los em quatro fases distintas: a primeira, Ações Preparatórias, que consta do levantamento cartorial dos registros, análise da documentação, abertura de processo e notificação encaminhada e áreas notificadas, totalizando 579 processos; a segunda fase, denominou-se de Vistoria e Instrução Processual, totalizando 116 processo, contemplando a vistoria em campo, elaboração de laudo, digitação da Declaração do Proprietário *Ex-officio*, a remessa de ofícios,

impugnação impetrada pelo proprietário, revalidação de certidão, parecer jurídico dos atos praticados no processo e elaboração do conjunto de documentos para encaminhar para publicação de Decreto de Interesse Social para fins de Reforma Agrária em Brasília; a terceira fase agrupa os processos nas fases de trâmite para Brasília para publicação do Decreto até a avaliação de campo, bem como confecção do laudo de avaliação, o que resultou em 42 processos; a quarta fase consta de 38 processos, com TDA emitido, ações ajuizadas, imóveis imitidos na posse até a criação dos projetos de assentamento.

Por conta dos atrasos nas imissões de posse, em função do morosidade da 7ª Vara da Justiça Federal, a quantidade de famílias assentadas em imóveis obtidos tem sido abaixo das expectativas e do esforço empreendido. Para se ter uma dimensão mais exata do problema, as imissões de posse que deveriam ser emitidas em 48 horas se arrastam por meses. Assim, em dezembro de 2009 tinham-se 20 processos com ação ajuizada, totalizando uma área de 57.594,21ha, com capacidade para assentar 1.015 famílias. Agrega-se a isso ao retardamento da publicação dos TDAs e mesmo a não publicação de tais títulos pelo INCRA Sede, em áreas avaliadas pela Regional em 2009.

iii. Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

De acordo com o Regimento Interno do INCRA, a Divisão de Desenvolvimento faz parte da estrutura da Superintendência Regional e tem por competência a coordenação, execução e supervisão da implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, através das atividades relacionadas às subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos e educação e cidadania.

Durante os anos de 2008 e 2009, no âmbito da Superintendência Regional da Bahia, a prioridade foi buscar a restruturação da Divisão, permitindo adequar os insuficientes recursos materiais e humanos à crescente demanda, particularmente no que se refere à disponibilização dos créditos de implantação e acompanhamento da situação ocupacional dos Projetos de Assentamento.

Assim, após longo período de análise e discussão com os servidores, optou-se por distribuir a maior parte dos servidores em Equipes, batizadas de Mesorregionais, as quais tem a responsabilidade de executar, acompanhar e fiscalizar todas as ações, programas e demais atividades inerentes à Divisão. Esta distribuição tem sua base física orientada a partir dos Territórios de Identidade e tem como proposta a concepção de desenvolvimento territorial, sendo as Equipes, na medida do possível, compostas por profissionais de diversas áreas de conhecimento.

São 07 (sete) as Mesorregiões definidas, as quais aglutinam dois ou mais Territórios da Identidade e, para cada uma delas, há uma equipe responsável, com número de servidores variando de 5 (cinco) a 7 (sete). Vale ressaltar que duas destas Mesorregiões sobrepõem as áreas de atuação delimitadas para as Unidades Avançadas, sendo as equipes formadas pelos servidores lotados nestas unidades. Além disto, compõem a estrutura da Divisão de Desenvolvimento, outros Núcleos (Consolidação, Crédito, PRONAF e Engenharia) e Asseguradores de Programas (ATES, Terrasol, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural-PNDTR e Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária-PRONERA).

Paralelamente, em articulação com a Divisão de Administração, foi feita a restruturação do espaço físico da Divisão, adequando e adquirindo salas e equipamentos como mobiliário, informática e telefonia.

Como resultado deste esforço, conseguimos aprimorar o fluxo de informações, delimitando melhor as competências e atribuições. Consequentemente, potencializamos os recursos, ampliando o atendimento ao público alvo e diminuindo nosso déficit referente a alguns Programas e Ações, sobretudo quanto aos Créditos de Implantação, assistência técnica, obras de engenharia (estradas e abastecimento de água) e acompanhamento da situação ocupacional nos assentamentos.

Limitada pela sua condição de insuficiência operacional, a Divisão de Desenvolvimento foi forçada a buscar alternativas para o atingimento das metas estabelecidas, bem como cumprimento das leis, regras e normas que norteiam sua atuação. Desta forma, importantes parcerias foram firmadas ou fortalecidas no exercício de 2009. Sem dúvida, a consolidação do Convênio estabelecido em 2008 com o Governo do Estado da Bahia, através de sua Secretaria de Agricultura, para a execução do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES, foi a mais importante. Com ele, foram incorporados cerca de 400 profissionais às rotinas dos assentamentos, possibilitando um amplo diagnóstico da situação das áreas de reforma agrária e facilitando a tomada de decisão dos técnicos do INCRA. Além desta, cabe ressaltar os acordos de cooperação técnica estabelecidos com entidades parceiras para assessoria e acompanhamento técnico especializado na construção e melhoria de habitações nos assentamentos.

Em relação aos problemas enfrentados, além da insuficiência numérica e qualitativa de servidores e equipamentos, podemos enumerar:

1. Acúmulo de demandas, tarefas e responsabilidades sobre os servidores, gerando um ambiente de trabalho caótico e estressante;
2. Um frágil e desatualizado banco de dados da reforma agrária, e demais sistemas de informação, que dificulta o acompanhamento e controle das ações e tornando mais lentas as tomadas de decisão;
3. A constante mudança nos normativos, gerando dúvidas, choques de interpretação e atrasos nas execuções das metas;
4. Falta de uma estratégia de capacitação dos servidores;
5. Orçamento insuficiente para atendimento das demandas, gerando déficits que se acumulam de um exercício para outro;
6. Falta de articulação entre as diversas Diretorias, o que se reflete nas Superintendências, gerando sombreamentos e retrabalhos.

iv. Divisão de Gestão Administrativa

Cabe à Divisão de Gestão Administrativa executar as ações relativas ao desenvolvimento humano, de orçamento e finanças, contabilidade, administração e serviços gerais. Promover todo o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades finalísticas da Superintendência Regional.

A primeira dificuldade encontrada nesta Divisão é a deficiência de pessoal na Superintendência, sobretudo de servidores efetivos e com habilitação em áreas específicas, a exemplo de contador (para examinar elevados números de processos de prestação de contas), assistente social (para cuidar da assistência direta aos servidores, acompanhamento em diversas situações de enfermidades, conflitos pessoais e interpessoais e estresse, etc), economista (para elaboração de programação orçamentária, acompanhamento da sua execução, elaborar planos alternativos de gastos, confecção de planilhas de cálculos), engenheiros civis, em agrimensura, cartográfico (a serem lotados nos setores de engenharia e cartografia), analista de sistema, além de pessoal de suporte administrativo. A força de trabalho que envolve as áreas finalísticas estão sendo complementada pela ação dos seus gestores junto as instituições parceiras.

Para suprir a deficiência de pessoal de nível médio, a Divisão vem buscando a contratação de pessoal de apoio, através de licitação com empresas que prestam serviços de apoio administrativo, contando, também com os estagiários de nível médio e superior. O pessoal é criteriosamente selecionado, capacitado e acompanhado. Os resultados estão sendo satisfatórios. Mediante essa força extra, vem sendo realizados mutirões periódicos em diversas áreas, a fim de escoar a demanda reprimida de processos de prestação de contas, de convênios e de pagamento de crédito. Eles atuam, dando suporte as mais variadas áreas, a saber, de organização de documentos contábeis, arquivos, protocolo, digitação, suporte de CPD, recepção e expedição de documentos etc.

Aliado ao acréscimo de pessoal, a Divisão de Administração buscou trabalhar com a motivação e conscientização dos servidores e colaboradores, visando a assunção da missão institucional e a firmeza dos compromissos individuais para com suas tarefas e aumentar o bem-estar geral.

A sobrecarga de tarefas, a pressão por conta dos prazos e resultados, acarreta a manifestação de maior estresse no meio das equipes. A manutenção da sala de convivência foi uma estratégia importante nesse período. Espaço onde, nas horas de descanso, acontecem jogos, exibição de filmes, dança, ioga, dentre outros entretenimentos. Em 2009, através da parceria com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, fizemos também uma experiência com a ginástica laboral, antes do início da jornada, nos locais de trabalho. Não somente os servidores, mas todos os colaboradores são convidados a essas práticas. Já foram avaliadas e consideradas motivadoras, renovadoras do ânimo, eliminadoras de estresse e que melhoram, enfim, a qualidade de vida no trabalho.

Em meio a esses processos, um levantamento das necessidades de capacitação setorizada vem sendo realizado, e, gradativamente, efetivados cursos e treinamentos, de acordo com a disponibilidade de recursos, prioridades identificadas e disponibilidade de instrutorias alternativas e sem ônus.

Quanto às instalações da sede da Superintendência, a Divisão de Gestão Administrativa vem buscando atender às constantes demandas dos demais gestões, no que se refere a readaptações dos layout, para melhor ordem funcional e bem-estar de cada equipe de trabalho. Para isso, houve reestruturação de espaço físico, utilizando das divisórias moduladas, aquisição de móveis e equipamentos. Por outro lado, aumentou o controle nos gastos com ligações telefônicas, energia elétrica, cartuchos, papel e outros descartáveis.

Buscando oferecer maior segurança e tranqüilidade a todo corpo funcional da Superintendência, assim como ao público que acessa nossas dependências, tendo em vista o aumento de violência e criminalidade, de modo especial em Sussuarana, bairro onde se localiza a SR-05/BA, a Divisão de Administração providenciou, com a prioridade necessária, uma reforma no pátio externo, portaria e recepção, exigindo da empresa de vigilância maior rigor na acessibilidade de pessoas e veículos.

c. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

i. Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: CELSO DE LISBOA DE LACERDA.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Paulo Luiz Coqueiro Andrade

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[1]

[1] Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

1. Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	4510	2492	2018	55,3%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
180.500	381.343	381.343	100	381.343	100	381.343	100

Fonte: SIAFI

O número de famílias beneficiadas com o processo de reforma agrária em 2009 foram 2.492 famílias, atendidas através de assentamentos já criados, em novos assentamentos, em áreas de fundo de pasto, em áreas reconhecidas pelo INCRA como de reforma agrária e assentamento em reserva extrativista.

Ao longo do exercício de 2009, além do cadastramento de famílias em áreas de conflito, a exemplo do Vale do Salitre, onde o INCRA cadastrou cerca de 1.000 famílias, ou do cadastro de 1.086 famílias na RESEX de Canavieiras, foram efetuados os cadastros nos imóveis em processo mais avançado de obtenção. Aliado a isto, ocorreu a operacionalização da Norma de Execução 70, de 12 de maio de 2008, majoritariamente implementada em 2009, cujo procedimento prevê a notificação pessoal do beneficiário que apresente alguma inconsistência de elegibilidade, sendo efetuadas 993 notificações, espalhadas em diversas regiões do Estado.

Aqui, tinha-se uma previsão na PO de R$180.500,00, francamente insuficiente para efetuar o trabalho apresentado, considerando que parte considerável dos recursos foi para assegurar a locação de viaturas. Como pode ser analisado no detalhamento da movimentação orçamentária, R$145.992,00 foi utilizado através da fonte 1763, no elemento de despesa 339033, para viabilizar pagamento de contrato de veículos. Isto se deu por conta do grande contingente de ações de campo e da pequena disponibilidade de veículos próprios na Superintendência.

As execuções física e financeira das ações, realizadas pela Superintendência Regional do INCRA na Bahia apontam para uma meta realizada abaixo da prevista na Programação Operacional em 2009, entretanto, há de se observar que a meta seria alcançada a pleno êxito caso as questões externas, já referidas neste relatório, não retardassem o processo de obtenção de terras. Computa-se 1.015 famílias ajuizadas e não imitidas na posse em dezembro; 377 famílias com TDAs já emitidos, em tempo não hábil para ajuizar a ação no mesmo exercício; 199 famílias com TDA solicitado a Brasília e não publicado e 561 famílias com avaliação realizada e em fase de conclusão. Tem-se sugerido que as publicações dos decretos sejam efetuadas com mais diligência, de forma a viabilizar a publicação do Decreto no mesmo exercício financeiro. Este somatório eleva para 4.544 o número de famílias assentadas, demonstrando que esforço da Regional foi empreendido.

2. Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Roberto Ramos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	há	303.700	48.804	173586,1328	16,1%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
769.000	**1.246.882**	**1.246.882**	**100**	**1.236.804**	**99**	**1.236.804**	**99**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional da Bahia teve, para o exercício de 2009, meta de vistoria e avaliação de imóveis da ordem de 303.700 ha, conforme tabela acima. Entretanto, houve a efetiva finalização da meta de 48.804 ha. Justifica-se que a meta considera a entrega final dos laudos de vistoria e avaliação pelo agrônomo com escopo de compor o conjunto de documentos encaminhados à Brasília, quer seja para publicação do

decreto presidencial declarando o imóvel como de interesse social para reforma agrária ou para emissão de Títulos da Divida Agrária - TDA.

Dessa forma, justifica-se o baixo percentual de cumprimento das metas estabelecidas chamando à atenção para dois pontos:

Primeiro, que as metas foram estabelecidas segundo critérios da Sede do INCRA, em Brasília. No transcorrer do período em tela, contudo, constatou-se que a retrorreferida meta excedia a capacidade operacional dessa Regional, tornando-se, assim, impraticável seu atendimento. Com a justificativa acatada pela sede, houve um ajuste nas metas do exercício atual reduzindo a meta atual para 170.000 há. Uma redução de quase 52% em relação à meta do ano anterior, segundo o caderno de metas de 2010.

Segundo, como dito inicialmente, a meta efetivamente cumprida refere-se aos laudos de avaliação concluídos e entregues. Como apresentado no quadro acima, a meta cumprida foi de 48.804 ha, representando 16,1% do total estipulado. Contudo, a título de esclarecimento, existem vistorias e avaliações em finalização pelos agrônomos, na fase de escritório, de acordo com o controle interno da SR quanto às fases dos processos de obtenção de terras, perfazendo um total de 160.000 ha.

No quadro seguinte sobre a Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ é mostrada uma discrepância entre os valores inicialmente disponibilizados pela dotação orçamentária e a provisão efetivamente recebida, sendo esta última 62% maior em relação à primeira.

Segundo informação do SIAFI quanto ao demonstrativo da alocação dos recursos orçamentários destinados às ações de vistoria e avaliação de imóveis para obtenção de imóveis rurais, verificou-se na tabela de Sub-ação “Perícia Judicial” que foram destinados R$246.508,02 para pagamento das perícias judiciais determinadas pela 7° Vara da Justiça Federal quando do ajuizamento das ações. Quase a totalidade dos processos, quando nessa fase, passa por tal procedimento, por determinação dos juízes federais, sendo o ônus arcado pelo INCRA.

Quanto aos valores apresentados na tabela de Sub-ação “Suporte Operacional”, tem-se despesas com diárias de mais de R$ 353.000. Dada a grande extensão territorial do Estado da Bahia, tem-se o uso intensivo de diárias para cobrir despesas com deslocamento, principalmente, das equipes de vistoria e avaliação, para os trabalhos de campo.

A título de exemplo, em média, uma equipe de campo é composta por dois técnicos, agrônomo e agrimensor, no mínimo, podendo ser mais, a depender da complexidade do trabalho, mais o motorista, que saem da Superintendência com tempo estimado de nove dias para conclusão dos trabalhos, sendo-lhes creditado o valor correspondente a 8,5 diárias. Houve, em junho passado, aumento de quase 70% no valor da diária dos técnicos. Considerando, assim, um valor médio de diária paga em 2009 de 140 reais, o custo médio mínimo foi de R$ 3.570,00 por imóvel vistoriado. Tendo sido

vistoriados ou avaliados 102 imóveis, em 2009 teve-se um gasto com diárias total de R$ 364.140,00. O valor excedente do gasto com tal rubrica foi compensado com a utilização de recursos disponibilizados na ação de Gestão e Administração do Programa – GAP e ainda Licenciamento Ambiental.

Outros gastos, ainda segundo o SIAFI, foram:

Material de consumo, R$141.186,28; Passagens (inclui "locação de veículos"), R$384.540,00; e Serviços prestados por Pessoa Jurídica, 120.754,61. O total de todas as rubricas supracitadas perfez R$1.246.881,91.

O gasto com passagens e locação de autos teve um gasto significativo, justificado principalmente por este último, dada à escassez de veículos próprios para os trabalhos de campos.

3. Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Carlos Sturm**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença	67	25	42	37,3%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
1.471.957	**2.447.878**	**2.447.878**	**100**	**1.478.658**	**60**	**1.147.137**	**47**

Fonte: SIAFI

As Ações Licenciamento Ambiental de Assentamentos e Manejo de Recursos Naturais são geridas a partir do Serviço de Meio Ambiente, sob responsabilidade da Divisão de Obtenção. No ano de 2009 estas ações ficaram sem um assegurador direto. Os servidores que apresentam perfil para coordenação do setor alegaram que a complexidade das questões tratadas demanda uma gratificação por DAS para seu exercício. O Chefe da Divisão e o Superintendente fizeram gestão visando tal aquisição para a Regional, mas não obtiveram êxito.

Os estudos para o licenciamento em imóveis em processo de obtenção são efetuados pelo engenheiro agrônomo e engenheiro agrimensor. Para tanto, agregou-se à ação de vistoria de imóvel para fiscalizar o cumprimento da função social o levantamento de informações para o licenciamento prévio. O tipo de procedimento exigido no estado da Bahia depende de um encaminhamento específico, que se fundamenta no enquadramento do empreendimento; caso a propriedade tenha mais de 2.000ha ou capacidade para assentar mais de 82 famílias, elabora-se a Licença de Localização, que consiste (Relatório de Caracterização do Empreendimento, Elaboração dos mapas de Uso proposto e de Uso Atual – publicação em jornal de grande circulação, válida por 5 anos; para imóveis menores que 2.000ha e capacidade de assentamento inferior a 82 famílias, elabora-se o Termos de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA, que consiste também em estudo, encaminhado através de formulário com o Termo e os mapas; após expedida, tem validade por 3 anos), assegurando regularidade ambiental ao assentamentos criados, atendendo assim ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Em 2009 o Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA, expediu 18 licenças para a reforma agrária, sendo 3 licenças de localização e 15 licenças simplificadas; foram, efetuados 12 protocolos de licença, sendo uma Licença de Localização e onze Licenças Simplificadas; ao todo foram efetuados 33 protocolos de para autorização de localização de reserva legal.

Foi finalizado o Convênio com Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, referente ao Projeto de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais e de Exploração Econômica Sustentável em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Bioma Caatinga (Licenciamento e Manejo), promovendo o licenciamento ambiental de 07 PAs; averbação de 2.349 ha de Reserva Legal e recuperação de áreas de preservação permanente nos referidos assentamentos.

Também foi feita Regularização Ambiental em Assentamentos Rurais no Corredor Central da Mata Atlântica, em 08 projetos de assentamento, com o Instituto Floresta Viva, realizando estudos técnicos para subsidiar o processo de licenciamento ambiental; capacitar os assentados no processo de educação ambiental; realizar 04 Cursos para 200 assentados em marcação de matrizes, coleta de sementes e recuperação de áreas degradadas; estabelecer ações para recuperar e conservar 100 hectares de áreas em reserva legal e área de preservação permanente, agregando a estes mais 14 assentamentos, tanto para licenciamento quanto para manejo.

4. Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Roberto Ramos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	37.025	10.184,1277	26841	27,5%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
25.625.276	20.235.295,04	20.235.295,04	100	19.838.249,50	98	19.838.249,50	98

Fonte: SIAFI

De acordo com a meta prevista na Programação Orçamentária (PO) 2009, a Superintendência Regional da Bahia, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, teve como meta a obtenção de 37.025 ha, conforme tabela acima. Para o atendimento de tais metas, segundo critérios do INCRA-SEDE, foi destinado o montante de R$25.625.276,00.

Contudo, o valor da provisão recebida correspondeu a R$20.235.295,04, com empenho efetivamente pago de R$19.838249,50, correspondente a 98% daquela provisão, de acordo com a tabela acima baseada nos dados do SIAFI, para aquisição de área total de 10.184,1277 ha, o que correspondeu a apenas 27,5% da meta almejada.

Considerando o total de área a ser obtido no exercício de 2009 e o valor da dotação orçamentária disponibilizado, o custo médio por hectare foi de R$692,11. Porém,

na prática, o custo médio pago por hectare, levando em consideração as áreas efetivamente obtidas e o valor pago pelas mesmas, foi da ordem de R$ 1.947,00. Tal valor está de acordo com o preço médio pago no Estado por hectare de terra em 2009, segundo levantamento da consultora FNP, publicado no periódico AGRIANUAL em 2009.

O preço de terras na Bahia tem apresentando nos últimos anos uma crescente valorização, observada em várias regiões produtoras do Estado, a exemplo de Eunápolis, com a cultura do eucalipto; Região do Oeste Baiano, principalmente Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, com as culturas do algodão e soja; Juazeiro, com a fruticultura irrigada; Teixeira de Freitas e Itamaraju, com a pecuária; e, por fim, a Região Sul, com a retomada de preço do cacau no mercado internacional e o aumento da produtividade, dado o controle mais eficiente da vassoura de bruxa. Temos exemplo de imóveis na Região de Barreiras em que o valor do hectare ultrapassa os R$10.000,00. Isso influencia sobremaneira o custo de aquisição dos imóveis pelo INCRA em municípios da região, elevando-o também.

Salienta-se que os valores pagos pelo INCRA têm como base o estudo do mercado de terras na região de obtenção do imóvel, de acordo com metodologia orientada pela NBR 14.653, da ABNT, obtendo-se, então, valores condizentes com os praticados pelo mercado local/regional. Assim, o preço médio de R$1.947,00, pago por hectare de terra, demonstra a adequação da metodologia utilizada pelo INCRA, representando a realidade do mercado.

Face ao exposto, pode-se verificar que na eventualidade de se atender à meta inicialmente estipulada, necessitar-se-ia de recursos no mínimo três vezes maior do que fora disponibilizado.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						#DIV/0!

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	492.230	492.230	100	458.780	93	458.780	93

Fonte: SIAFI

A Divisão de Obtenção tem por competência a coordenação e supervisão do Serviço de Obtenção de Terras, do Serviço de Implantação de Projetos de Assentamentos, do Serviço de Meio Ambiente e da Coordenação Técnica. Todas, ou a grande maioria destas atividades, são de campo, ou seja, exige constante presença dos servidores nas áreas de execução, o que exige recursos e estruturas específicas para tanto, além das demais atividades que as dão suporte.

Os recursos disponibilizados na Ação GAP deste Programa, totalizaram R$492.230,17. Tais recursos foram alocados nas seguintes rubricas:

- Diárias: R$71.930,65;

- Passagens (inclui “Locação de Veículos”): R$350.840,08;

- Serviços Prestados por Pessoa Jurídica: R$9.490,30; e

- Outros Serviços Terceirizados Pessoa Jurídica: R$59.969,14

- Total das Rubricas: 492.230,17.

ii. Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sergio Ricardo Rezende

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[2]

[2] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

1. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	2.695	9.652	0	358,1%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
14.824.216	**22.843.128**	**22.843.128**	**100**	**9.252.640**	**41**	**7.358.727**	**32**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Incra na Bahia (SR-05), através do Serviço de Infraestrutura, tem buscado nos sete últimos exercícios a realização de Licitações para contratação direta de empresas de engenharia para a implantação de obras nos Projetos de Assentamento a ele jurisdicionados, em substituição ao modelo de formalização de convênios com Órgão do Estado e Prefeituras anteriormente adotado.

Contando com servidores que adquiriram ao longo desses últimos anos um amadurecimento na prática da realização de processos licitatórios, o seu desempenho vem superando as previsões orçamentárias do ano exercício, contratando sempre com uma dotação orçamentária superior à meta prevista, oriundas do remanejamento orçamentário de outras superintendências que tiveram dificuldades na aplicação dos recursos que lhe foram disponibilizados.

Prova disso é que em 2008 tendo uma meta orçamentária da ordem de doze milhões de reais a equipe conseguiu licitar vinte e dois milhões em estradas e mais de três milhões em obras de sistemas de abastecimento de água.

Em 2009 o montante investido em contratos de licitações supera a casa de R$ 13.900.000,00 em recuperação de estradas vicinais e R$ 5.600.000,00 em implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano, conforme demonstrado em tabela abaixo. Além disso, também foram realizadas perfurações de poços artesianos para integrar os sistemas de abastecimento de água a serem implantados (R$ 2.243.740,44) e contratação de empresas para elaboração de tais projetos (R$ 856.078,74).

Ainda em 2009, foram instruídos alguns outros processos licitatórios para contratação de empresa para realização de obras de recuperação / implantação de estradas, mas que não foi possível a realização do certame em virtude da indisponibilidade orçamentária no período, tendo sido aproveitado os autos para o exercício seguinte (2010).

Uma das principais características do Serviço de Infraestrutura da SR-05 é poder contar com a experiência de seus técnicos. Isto se dá tanto do ponto de vista do conhecimento geográfico do Estado da Bahia e de seus Projetos de Assentamentos, quanto da elaboração de Projetos Básicos, fiscalização de obras e, participação em processos licitatórios das obras de infraestrutura básica nos assentamentos a serem realizadas pela SR-05.

Por outro lado, o limitado quadro de técnicos efetivos acarreta na limitação da capacidade operacional do setor, influenciando diretamente na qualidade de atendimento das demandas apresentadas. No período de 2001 a 2003 o setor contava com um número confortável de técnicos cobrindo todo o Estado da Bahia e acompanhando de perto os diversos Convênios celebrados pela SR-05 com o Estado (CAR – Companhia de Ação Regional da Bahia, CERB – Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia, CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário) além da CEF – Caixa Econômica Federal. Entretanto, houve um gradativo esvaziamento em razão inversa à ampliação da quantidade de novos Projetos de Assentamentos criados. O Setor que chegou a contar com quatro engenheiros civis do quadro permanente, além da participação de outros técnicos contratados através de convênio para dar acompanhamento às obras em execução, passou a contar apenas com um reduzido número de engenheiros contratados para gerenciar e fiscalizar todas as ações de sua responsabilidade.

Sistema de Abastecimento de Água – 2009:

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	VALOR TOTAL	FAMÍLIAS
Andaraí	Mocambo/Salobrinho	619.288,20	235
Angical	Angical	1.153.311,31	935
Arataca	Terra Vista	248.597,72	56
Barra	Itacutiara	R$320.592,93	366
Barra	Itaquatiara	409.956,97	359
Barra do Choça	Cangussu	R$269.538,63	60
Bom Jesus da Lapa	Curral das Vargens	194.690,49	153
Bonito	Central	369.453,22	101
Bonito	Santa Terezinha	R$411.771,53	39
Camacã	Entre Rios	257.226,79	30
Camamu	Argemiro Mendes	R$226.098,80	24
Camamu	Ernesto Che Guevara	R$214.146,70	19
Camamu	Mariana	R$236.872,22	28
Camamu	Paulo Freire	R$268.336,59	25
Cansanção	Nova Esperança	R$403.869,36	112
Carinhanha	Brasilândia	22.009,73	41
Carinhanha	Gerais e Salinas	175.310,07	45
Coribe	Pai João	693.466,93	134
Ibirapitanga	Conjunto São João	R$340.545,16	36
Ibirapitanga	Serra de Areia	261.634,31	37
Igrapiúna	Mirante	R$340.028,69	42
Ilhéus	Dom Helder	318.801,89	26
Ilhéus	Fazenda Rochedo	R$225.245,21	29
Ilhéus	Nova Vitória	R$169.716,45	36
Iraquara	Reunidas FS	324.852,18	120
Itiúba	Rio Verde	263.856,05	18
Itiúba	Sítio do Meio	489.172,93	40
Itiúba	Sítio do Meio (Agrovila II)	356.890,86	41
Lençóis	Araruna	R$363.192,14	14
Lençóis	Boqueirão	R$588.497,61	50
Marcionílio Souza	Santa Fé/Lafayete	216.334,14	30
Mucuri	Jequitibá	R$278.858,91	139
Muquem de São Francisco	Manoel Dias	R$680.964,18	102
Oliveira dos Brejinhos	Nova União da Fazenda Ferrari I	R$164.225,40	5
Oliveira dos Brejinhos	Nova União da Fazenda Ferrari II	R$137.999,58	4
Queimadas	Nova Paz	R$264.905,61	17
São Sebastião do Passé	3 de Abril	794.721,05	92
Utinga	Pau Peba	230.499,32	58
Xique - Xique	Cajueiro II	R$155.647,09	66
Xique - Xique	Cajueiro II (Vila Capão do Martins)	R$123.599,91	50
Xique - Xique	Serra Azul	R$355.693,12	36
	TOTAL	**R$13.940.420,01**	**3.850**

26 municípios – 41 PA

Recuperação de Estradas – 2009:

PA	Município	Quantidade (Km)	Valor (R$)	Nº Famílias
Mocambo	Andaraí	40,5	577.630,03	80
Bom Jesus/ Sta Cruz	Boa Vista do Tupim	28,8	426.054,68	
Campinhos	Canavieiras	19,2	586.033,10	26
Nova Conquista	Ibotirama	7,7	373.171,20	31
Araruna	Lençóis	2,3	40.752,03	15
Boqueirão	Lençóis	31,6	451.585,57	70
Anice	Muquém do São Francisco	6,99	84.903,42	29
Jatobá	Muquém do São Francisco	34,1	381.966,56	42
Manoel Dias	Muquém do São Francisco	10,4	195.100,46	107
Santa Bárbara	Muquém do São Francisco	15,94	171.131,72	64
Santana	Muquém do São Francisco	37,84	1.077.833,37	
Campo Formoso	Nova Redenção	13	174.170,50	26
Nova União Fazenda Ferrari	Oliveira dos Brejinhos	13,8	141.192,91	12
Três de Abril	Terra Nova	7,4	273.780,62	92
Vitorópolis	Una	10,67	394.332,64	22
Picada	Xique Xique	13,5	257.762,73	597
	TOTAL	**293,74**	**R$ 5.607.401,54**	**1213**

16 PA – 11 municípios

Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	4.033	0	4.033	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
2.108.110	**3.148.487**	**3.148.487**	**100**	**481.978**	**15**	**481.978**	**15**

Fonte: SIAFI

Levantamento da Assessoria de Planejamento e Controle em relação a demanda de serviços topográficos em Projetos de Assentamento em 2009, sob a jurisdição da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Bahia, apontaram para números ainda bastantes elevados de parcelas, quais sejam 8.469 parcelas em aproximadamente 100 Projetos de Assentamento dispersos por todas as regiões do Estado.

A execução direta destes serviços pela Superintendência Regional tornou-se inviável, pois exigiria do Serviço de Cartografia uma disponibilidade de técnicos e equipamentos, em quantidade e qualidade requerida para o atendimento, incompatíveis com a sua capacidade operacional. Situação que remete a necessidade de procedimentos administrativos visando a contratação dos serviços de forma indireta.

Diante do exposto, a Superintendência Regional adotou os procedimentos necessários para a contratação dos serviços topográficos em Projetos de Assentamento efetivando a assinaturas dos contratos assinados em 04/09/2009 e 14/10/2009, no valor total de R$2.800.000,00, além da continuidade de outros dois contratos assinados em 2008, o que explica a coluna Meta a ser Realizada em 2010 (h), na tabela acima.

Estes dois contatos assinados em 2008, com execução e pagamentos realizados em 2009, evidenciam um retardamento no desenvolvimento dos trabalhos que foram justificados pela ocorrência de chuvas nas regiões trabalhadas, além de outras questões técnicas e administrativas de governabilidade do INCRA, além das mais complicadas do ponto de vista de solução que envolve o lado social das famílias a serem beneficiadas.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Sílvia Barguil**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Famílias	206	2.134	0	1.035,9%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
82.535	276.161	276.161	100	192.899	70	192.899	70

Fonte: SIAFI

As atividades da SR-05 com relação à Ação Terra Sol no exercício de 2009, concentraram-se na captação de demandas dos assentamentos em fase de estruturação e consolidação no âmbito dos Territórios de Identidade, voltadas para a recuperação de agroindústria e para atividades econômicas não agrícolas. Segue o rol de ações e o seu enquadramento normativo.

1-Complementação da edificação da unidade de beneficiamento de polpa de fruta no assentamento Cascata nos Municípios de Aurelino Leal e Itacaré/BA – Essa ação voltou-se para a adequação da estrutura física da unidade de processamento de furtas orgânicas visando o seu pleno funcionamento para atender ao mercado e a sua integração às agroindústrias menores que compõem a rede de assentamentos filiados à COOPASB – Cooperativa de Pequenos Produtores Agroecologistas do Sul da Bahia no Território Litoral Sul.

Principais Resultados – considerando que as obras estão em fase de execução ainda não ocorreu o seu funcionamento. Até o momento considera-se o projeto exitoso pois proporciona a correta instalação dos equipamentos já adquiridos e a ampliação do escopo e escala de produtos de domínio dos assentados como: frutas tropicais desidratadas como jaca, banana e abacaxi (hoje comercializados para o Programa PAA da CONAB e em feiras locais e estaduais), polpas de frutas(graviola, cajá e cacau) e doces de corte, compota e pasta (banana, cacau e jaca). O reconhecimento desse trabalho deu-se também pela seleção da cooperativa para a participação na Feira Nacional da Agricultura familiar e Reforma Agrária-FENAFRA ocorrida em outubro de 2009. O protagonismo de gênero e geração também foi fortalecido pois o processo de beneficiamento é realizado principalmente por mulheres e jovens.

Principais Problemas – prorrogação do prazo de execução por problemas estruturais identificados no decorrer da obra, mas que não afetam o projeto original e não oneraram o montante previsto até o momento atual.

Contratações – a empresa Ótima Engenharia foi a vencedora do processo licitatório e segundo o Núcleo de Engenharia vem realizando os serviços conforme previsto no contrato em que pese a necessidade de prorrogação do prazo.

Conclusão – a ação vem contribuindo para a consolidação do assentamento envolvido e para os demais envolvidos na rede da COOPASB possibilitando o acesso a novos mercados, a qualificação dos jovens e mulheres das comunidades, a produção de caráter solidário e comunitário, além da conservação e preservação ambiental da Mata Atlântica vez que a produção é orgânica numa perspectiva agroecológica. Recomenda-se

a ampliação dos recursos nessa ação para atender a um universo maior de assentamentos pela sua importância e pelo seu caráter não reembolsável considerando o universo de cerca de 500 assentamentos no estado da Bahia passíveis de enquadramento na ação Terra Sol.

Valores envolvidos: R$ 91.671,18.

Previsão de conclusão 60 dias.

Beneficiários diretos: 40 famílias.

Beneficiários indiretos: 184 agricultores familiares assentados em Projetos de Reforma Agrária Frei Vantuir, Cachoeira Bonita, Fortaleza, São Bento, Cruzeiro do Sul e Seis Irmãs.

2 - <u>Aditivo ao Convênio CRT/BA/Nº 003/2008 estabelecido com a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento, Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental no Estado da Bahia</u>

Fornecimento de serviços especializados de serviços técnicos de turismo rural em projetos de assentamento de reforma agrária no Território Chapada Diamantina e Entorno compreendendo a elaboração de projetos, capacitações, estudos e eventos envolvendo 1.777 famílias em 10 Projetos de Assentamento no tocante a meta de prestação de consultoria na área de turismo de aventura e ecoturismo com recortes de espeleologia e acessibilidade no PA Boa Sorte U N A.

Valores envolvidos: R$ 84.489,87

Previsão de conclusão 60 dias.

Beneficiários diretos: 463 famílias.

Beneficiários indiretos: 1314 agricultores familiares assentados em Projetos de Reforma Agrária Baixão, Moçambique, União da Chapada, Europa, Santa Clara/Paraguaciúma, Roseli Nunes, Mocambo, Salubrinho e Andaraí.

Principais Resultados: os serviços contratados ainda estão em fase de execução devendo ser concluídos até 30 de abril de 2010, mas desde já permite uma avaliação positiva face ao cumprimento parcial da meta conveniada. Um deles é a consultoria em turismo de aventura e turismo rural, que concluiu os levantamentos de campo e fez uma primeira apresentação no PA Boa Sorte UNA, constatando o grande potencial do assentamento para essa atividade e dos procedimentos necessários para sua execução em segurança e com a qualidade requisitada pelo mercado, e de forma complementar às atividades de turismo rural. A consultoria também já concluiu uma capacitação em manejo de trilhas e condução de visitantes. A consultoria em espeleologia também já concluiu parte do trabalho nas 2 cavernas do assentamento, apontando para a caracterização geológica, de clima e fauna encontrada, ainda sem conclusão quanto aos cuidados e recomendações para o exercício do espeleoturismo. Considerando a qualidade

dos serviços prestados de forma participativa e capacitadora da comunidade e seus parceiros (organizações sociais e Prefeitura Municipal)aponta-se para um trabalho inédito em assentamentos da Bahia.

Principais Problemas: Os principais problemas encontrados independem da FUNDESF e dos assentados: o atraso da EBDA em realizar o diagnóstico e propostas de exploração agropecuária para disponibilizar para a equipe de turismo rural da fundação, e a indisponibilidade de informações sobre o perímetro do Parque Municipal do Espalhado que é confrontante do assentamento, pela Prefeitura de Ibicoara, que impede a definição da localização exata de alguns atrativos turísticos que porventura estejam na área desapropriada.

Contratações: Foram contratadas a empresa Daventura esportes e Turismo e o espeleologo Admir Brunelli, que estão cumprindo as prerrogativas contratuais com a fundação.

Conclusão: os recursos públicos estão sendo investidos a contento e ao final do prazo de execução do convênio prevê-se o cumprimento integral do objeto.

Valores envolvidos: R$ 84.489,87

Previsão de conclusão 60 dias.

Beneficiários diretos: 463 famílias.

Beneficiários indiretos: 1314 agricultores familiares assentados em Projetos de Reforma Agrária Baixão, Moçambique, União da Chapada, Europa, Santa Clara/Paraguaciúma, Roseli Nunes, Mocambo, Salubrinho e Andaraí.

Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Silvia Barguil**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento	210	5	205	2,4%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
30.488	**30.488**	**30.488**	**100**	**30.488**	**100**	**30.488**	**100**

Fonte: SIAFI

Durante o ano de 2009, dentro da ação 4358, foi priorizado o levantamento da situação ocupacional em lotes de reforma agrária. Além disto, foram emitidos 5 Contratos de Concessão de Uso - CCU para as famílias assentadas.

O principal problema enfrentado para a execução desta ação foi a inexistência de um banco de dados confiável, já que o SIPRA está desatualizado e apresentou diversos problemas para ser acessado durante o ano. Além disso, o arquivo físico que contém as informações dos Projetos e famílias assentadas está desorganizado e sem alimentação. Assim, as equipes de campo encontraram, e continuam encontrando, grande dificuldade para emissão dos CCU´s e Títulos. Este fato foi potencializado pela baixa capacidade operacional, tanto da Divisão de Desenvolvimento quanto da Divisão responsável pela manutenção do SIPRA e arquivo, que é a Divisão de Obtenção de Terras, mais especificamente no seu setor de Implantação de Assentamentos.

Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Sílvia Barguil**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	3	famílias	0	0	0	0%!

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI

Para esta ação não foi estabelecida meta para a Superintendência Regional do INCRA na Bahia. Contudo, foi elaborado um Plano para esta atividade, a pedido do próprio TCU, o qual seguirá em documento a parte.

Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Carlos Sturm**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	391	0	391	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
390.972	255.149	228.591	90	228.591	90	227.155	89

Fonte: SIAFI

Conforme já destacado no item que trata da Ação de Licenciamento Ambiental, as Ações Licenciamento Ambiental de Assentamentos e Manejo de Recursos Naturais são geridas a partir do Serviço de Meio Ambiente, sob responsabilidade da Divisão de Obtenção.

Em 2009, foi finalizado o Convênio com Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, referente ao Projeto de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais e de Exploração Econômica Sustentável em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Bioma Caatinga (Licenciamento e Manejo), promovendo o licenciamento ambiental de 07 PAs; averbação de 2.349 ha de Reserva Legal e recuperação de áreas de preservação permanente nos referidos assentamentos.

Também foi feita Regularização Ambiental em Assentamentos Rurais no Corredor Central da Mata Atlântica, em 08 projetos de assentamento, com o Instituto Floresta Viva, realizando estudos técnicos para subsidiar o processo de licenciamento ambiental; capacitar os assentados no processo de educação ambiental; realizar 04 Cursos para 200 assentados em marcação de matrizes, coleta de sementes e recuperação de áreas degradadas; estabelecer ações para recuperar e conservar 100 hectares de áreas em reserva legal e área de preservação permanente, agregando a estes mais 14 assentamentos, tanto para licenciamento quanto para manejo.

2.3.2.7. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	5.615	13.150	0	234,2%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
63.450.687	**41.488.878**	**41.488.878**	**100**	**22.230.700**	**54**	**22.230.700**	**54**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05) possui uma demanda de aplicação de crédito instalação bastante elevada e superior à prevista em suas metas físicas e orçamentárias. Entretanto possui baixa capacidade operacional para pagamento, acompanhamento e fiscalização do mesmo em virtude do reduzido número de servidores e estrutura de trabalho (espaço físico, veículos, computadores etc).

Como o volume de recursos providos nos anos de 2007 e 2008 foram bastante elevados para a capacidade operacional da superintendência, foram necessários adiamentos nas aplicações, gerando volume considerável de restos a pagar, que pode ser observado pela baixa liquidação em relação ao total que foi empenhado. Além disso, em

2009, os valores individuais dos créditos instalação sofreram reajuste, fazendo com que todos os créditos empenhados em 2007, 2008 e até julho de 2009, necessitassem ser complementados.

As atividades da SR-05 com relação à aplicação do crédito instalação, no exercício de 2009, concentraram-se principalmente na aplicação da complementação do valor do crédito a ser concedido após reajuste, conforme Instrução Normativa / INCRA / nº 54 de 22 de julho de 2009, aprovada através da Portaria/INCRA nº 223 de 22 de janeiro de 2009. Também foram enviados esforços na aplicação do crédito instalação, nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Semi-Árido e Recuperação/Materiais de Construção, conforme discriminados a seguir.

1. A modalidade Apoio Inicial é destinada à aquisição de máquinas, implementos e ferramentas de trabalho; máquinas e equipamentos de apoio à produção e à comercialização; de gêneros alimentícios; insumos agrícolas; animais de tração, animais de grande porte, médio e pequeno porte, exceto bovino de corte.

   Valores envolvidos: R$ 345.600,00:

   - Aplicação do crédito em complementação (Valor por família R$800,00): R$ 146.400,00;
   - Projetos de Assentamento envolvidos: Rompe Gibão, São João de Casa Nova, Sossego I, Fazenda Vale do Boqueirão, Nova Vida e Pachola;
   - Famílias envolvidas: 224;

   ✓ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 2.400,00): R$ 199.200,00;
   ✓ Projetos de Assentamento envolvidos: Fazenda Vale do Boqueirão, Nova Vida e Pachola,
   ✓ Famílias envolvidas: 83.

2. A modalidade Aquisição de Materiais de construção admite: compra de materiais necessários à construção da habitação rural, inclusive banheiro e fossa, bem como o pagamento de mão-de-obra para a construção e serviço técnico específico para qualificações das habitações até o limite de 20%.
   Os recursos poderão ser utilizados na complementação de iniciativas oficiais de financiamento para construção de unidades habitacionais, desde que partam da iniciativa dos beneficiários.

   Valores envolvidos: R$ 11.787.000,00:

   - Aplicação do crédito em complementação (Valor por família R$8.000,00): R$ 9.088.000,00;
   - Projetos de Assentamento envolvidos: Antonio Conselheiro, Barro Branco, Barro Vermelho, Bela Vista Movelar, Boa Vista de Esplanada, Brejão, Campo Grande I, Dom Helder Camara, Fazenda Rochedo e Outras, Feirinha Marrequeiro, Jiboia, Lagoa Bonita, Manoel Dias, Nova Esplanada Capefe, Ojeferson Santos, Patizinho, Picada, Piratini, Sossego I, Virote, Fazenda Vale do Boqueirão, Jequitibá, Nova Vida, Paulo Freire e Reunidas Santa Luzia;
   - Famílias envolvidas: 1.136;

- ✓ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 7.000,00): R$ 1.799.000,00;
- ✓ Projetos de Assentamento envolvidos: Fazenda Vale do Boqueirão, Jequitibá, Nova Vida, Paulo Freire e Reunidas Santa Luzia.
- ✓ Famílias envolvidas: 257.

- ➢ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 15.000,00): R$ 900.000,00;
- ➢ Projetos de Assentamento envolvidos: Cassatinga e Nossa Senhora Aparecida.
- ➢ Famílias envolvidas: 60.

3. A modalidade Fomento é destinada à aquisição de máquinas, implementos e ferramentas de trabalho; máquinas e equipamentos de apoio à produção e à comercialização; insumos agrícolas; animais de tração, animais de grande, médio e pequeno porte, exceto bovino de corte.
.
Valores envolvidos: R$ 2.321.600,00:

- ▪ Aplicação do crédito em complementação (Valor por família R$800,00): R$ 879.200,00;
- ▪ Projetos de Assentamento envolvidos: Antonio Conselheiro, Ana Rosa, Entre Rios, Ernesto Che Guevara, Fazenda Reunidas Boa Vista, Fazenda Polinésia, Faz Reunidas FS, Manoel Dias, Nossa Senhora Auxiliadora, Nova Canaã, Nova Vida, Nova Vida I, Pachola, Patizinho, Salubrinho, Santa Helena, São Francisco do Jequitiba, São Jerônimo, São João de Casa Nova, São Mateus, Serra Verde, Sossego I, Uirapuru;
- ▪ Famílias envolvidas: 1.099;

- ✓ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 2.400,00): R$ 588.000,00;
- ✓ Projetos de Assentamento envolvidos: Faz Reunidas Boa Vista, Fazenda Polinésia, Nova Vida I, Pachola, São João da Casa Nova e Uirapuru.
- ✓ Famílias envolvidas: 245.

- ➢ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 3.200,00): R$ 854.400,00;
- ➢ Projetos de Assentamento envolvidos: Beira Rio II, Menino Jesus e Nossa Senhora Aparecida.
- ➢ Famílias envolvidas: 267.

4. A modalidade Semi-árido admite a implantação de obras de serviços que visem proporcionar segurança hídrica às famílias, em projetos de assentamento localizados no semi-árido. Mediante apresentação de projeto técnico, que identifique a necessidade de materiais, obras e serviços para a captação, armazenamento e distribuição de água. Podendo ser utilizado na complementação de programas de convivência com o semi-árido, de qualquer ente federado ou outros parceiros.

Valores envolvidos: R$ 4.001.500,00:

- ▪ Aplicação do crédito em complementação (Valor por família R$500,00): R$ 1.773.500,00;
- ▪ Projetos de Assentamento envolvidos: Arizona e Outras, Bela Conquista, Cajueiro (NV Soure), Cova da Árvore, Curral das Vargens, Dom Matthias/Agropastoril, Extrativista São Francisco, Fazenda Polinésia, Faz Itacutiara, Floresta e Outras,

Ipauaté, Jiboia, Jurema/São Francisco, Lagoa Dourada, Mangal II, Manoel Dias, Mucambinho, Nossa Senhora Auxiliadora, Nova Canaã, Nova Conquista de Itiúba, Pachola, Paraguaçuzinho (Pai Inácio), Picada, Reserva Oeste, Reunidas Cambui, Rompe Gibão, Santa Domênica, Santo Antônio e São João, São João de Casa Nova, Serra Verde, Sítio do Meio e Vargem Funda;

- Famílias envolvidas: 3.547;

- ✓ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 1.500,00): R$ 1.572.000,00;
- ✓ Projetos de Assentamento envolvidos: Bela Conquista, Cajueiro (NV Soure), Curral das Vargens, Dom Matthias/Agropastoril, Extrativista São Francisco, Floresta e Outras, Jurema/São Francisco, Mangal II, Pachola, Paraguaçuzinho (Pai Inácio), Reunidas Cambui, São João de Casa Nova;
- ✓ Famílias envolvidas: 1048.

- ➢ Aplicação do crédito (Valor por família R$ 2.000,00): R$ 656.000,00;
- ➢ Projetos de Assentamento envolvidos: Boqueirão, Faz Santa Helena, Murity, Nova Vida I.
- ➢ Famílias envolvidas: 328.

5. A modalidade Recuperação/Materiais de Construção admite a compra de materiais necessários à reforma ou ampliação de habitações rurais, indicados em Laudo Técnico Individual, bem como pagamento de mão-de-obra.

Valores envolvidos: R$ 3.775.000,00:

- Aplicação do crédito (Valor por família R$ 5.000,00): R$ 3.773.000,00;
- Projetos de Assentamento envolvidos: Bela Conquista, Mariana, Mocambo, Reserva Oeste e São Joaquim;
- Famílias envolvidas: 755;

Total de recursos aplicados: R$ 22.230.700,00

Total de famílias atendidas: 9.069

2.3.28 - Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
6.040.413	6.986.539	6.986.539	100	1.857.547	27	1.857.547	27

Fonte: SIAFI

A Divisão de Desenvolvimento tem por competência a coordenação, execução e supervisão da implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, através das atividades relacionadas às subdivisões de infraestrutura, desenvolvimento de projetos, educação e cidadania. Todas, ou a grande maioria destas atividades, são de campo, ou seja, exigem constante presença dos servidores nas áreas de execução, em geral nos Projetos de Assentamento.

Ao consideramos o exíguo quadro de servidores, o qual conta com 219 profissionais concursados, frente a imensa demanda da SR(05), a qual atingiu 630 PA´s e 40.957 famílias assentadas no exercício de 2009, verificamos que os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa foram justificadamente aplicados, com resultados efetivos. Pois vejamos:

- R$ 22.230.700,00 aplicados em créditos de instalação;
- R$ 22.843.128,00 aplicados em 293 Km de estradas abertas e recuperadas e 41 Sistemas de abastecimento de água, beneficiando 3.975 famílias;
- 35.493 famílias atendidas pelo Programa de ATES;
- 3.521 lotes visitados nos trabalhos de supervisão da situação ocupacional das áreas de reforma agrária;
- 705 Declarações de Aptidão fornecidas para acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Aquisição Alimentos – PAA;
- R$ 276.161,00 aplicados e 2.134 famílias beneficiadas pelo Terra Sol, ação que visa gerar renda nas áreas de reforma agrária;
- 4.305 assentados atendidos pelo Programa de Educação em Áreas de Reforma Agrária- PRONERA.

Os principais entraves enfrentados para uma execução mais econômica dos recursos podem ser destacados como:

1. A grande dimensão do Estado da Bahia e sua precária infra-estrutura, principalmente estradas, o que dificulta e encarece os deslocamentos;
2. Número reduzido de servidores frente à demanda, gerando sobrecarga de atribuições e tarefas, reduzindo eficiência;
3. Dificuldade de se estabelecer um planejamento a médio e longo prazo e de cumprimento deste, frente à dinâmica das áreas de reforma agrária e às constantes mudanças orçamentárias e normativas;
4. Banco de dados e sistemas de informações desatualizados e inoperantes;
5. Falta de atualização dos servidores (capacitação) para uma maior eficácia na aplicação dos recursos.

Visando atenuar estes problemas, foram estabelecidas e fortalecidas as parcerias visando a assistência técnica e o acompanhamento e orientação às famílias

assentadas na construção e melhoria de moradias nos Projetos de Assentamento, possibilitando ampliar a capacidade operacional da Divisão.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, a ação de Titulação foi a que apresentou a maior defasagem entra a meta estabelecida e o cumprimento desta. Isto se deu pela priorização das ações de vistoria de situação ocupacional, visando corrigir um problema crônico e que impede a titulação dos lotes: as ocupações irregulares em áreas de assentamento.

Já as metas estabelecidas para a dotação de infra-estrutura básica em áreas de reforma agrária, quais sejam sistema de abastecimento de água e estradas, superaram a meta em mais de 100%. Isto se deveu a uma metodologia de levantamento de campo e elaboração de projetos, parte técnica, e na elaboração de editais de licitação claros e eficazes, parte técnica-administrativa.

Vale destacar que dos R$ 6.040.413,00 previstos na PO 2009, R$ 5.000.000,00 são recursos descentralizados de forma específica para aquisição de veículos e equipamentos da Ação Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – ATES, conforme previsto no convênio firmado com o Governo do Estado, devido a esta ação não prever a aquisição de material permanente em seus elementos de despesa.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano**.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Luiz Eduardo Chagas Barreto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[3]

[3] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1- Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social;

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel	4.751	16.554	0	348,4%

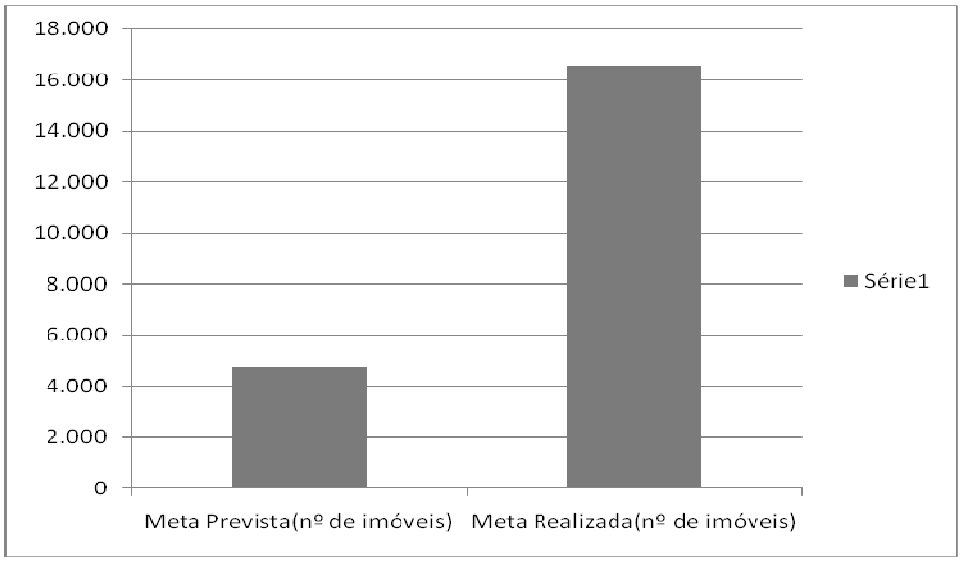
Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
41.140	**46.611**	**46.611**	**100**	**46.611**	**100**	**46.611**	**100**

Fonte: SIAFI

Apesar dos sérios problemas enfrentados em razão da reduzida capacidade operacional e da instabilidade do sistema de Cadastro Rural, as análises e alterações das informações de imóveis rurais ultrapassaram em 348,4% as metas pactuadas, servindo como resposta direta a ampliação dos termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais. (ver gráfico abaixo)



Os termos de Cooperação Técnica assinados com as prefeituras municipais para o apoio as ações de Cadastro Rural viabilizaram a disponibilização de recursos humanos, que foram capacitados pelo INCRA para atuação local visando orientação aos

proprietários, a recepção e a análise prévia de documentação referente aos imóveis rurais. Esta cooperação permitiu a capilaridade da ação em nível estadual e contribuiu muito para o gerenciamento da malha fundiária do estado.

Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	im	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI - Executado através da Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxilio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema
de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Marcelo Cunha**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0	0	0	0%

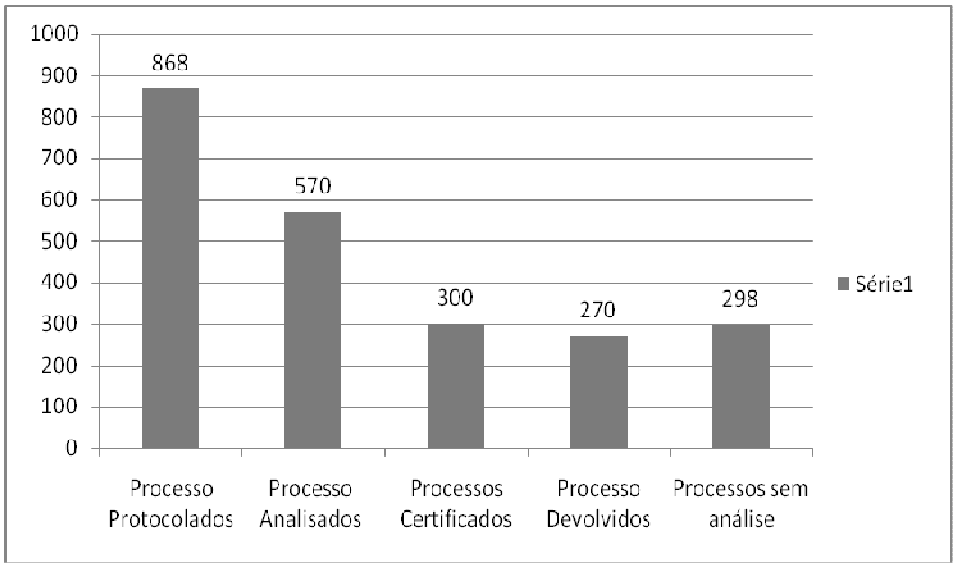
Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	1.900.000	1.900.000	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-05 não executa diretamente ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, no entanto, a atuação do Comitê Regional de Certificação tem contribuído em com esta ação, tanto na formação de ambiente técnico de discussão com instituições e profissionais que atuam nesta atividade no Estado da Bahia, quanto na efetiva análise e certificação destes trabalhos. (ver gráfico abaixo)



Esclarecemos que o montante de recursos constante do quadro de execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela SR-05, no valor de R$ 1.900.000,00 foram empenhados no final de 2009, tendo como objetivo atender o plano de trabalho de convênio celebrado com o Governo do Estado para regularização fundiária em territórios da cidadania.

Esta atividade também encontrou problemas em sua execução devido à capacidade operacional disponível na SR-05, com a indisponibilidade de recursos humanos com habilitação técnica específica (agrimensores, engenheiros cartógrafos, especialistas em geoprocessamento, etc.) para os vários procedimentos técnicos, como determina a Lei 10.267/01.

Além disto, o desconhecimento da Lei 10.267/01 e da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais por parte de proprietários de imóveis rurais, de profissionais credenciados para execução dos serviços e de oficiais de cartórios de

registros de imóveis leva ao descumprimento das suas exigências. Desta situação decorre o acúmulo de processos na SR por inúmeras pendências, prejudicando também a análise de novos processos de certificação.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária vem permanentemente buscando, de forma estratégica, parcerias institucionais permanentes e temporárias no sentido de amenizar os impactos causados pela baixa capacidade operacional, ora através da solicitação de disponibilização de servidores de outras Divisões e Superintendências, ora através de Cooperação Técnica com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal.

Foi celebrado acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, tendo como objetivo o intercâmbio de informações em torno da estrutura fundiária do Oeste baiano. Esta cooperação permitiu a realização, naquela instituição, de duas capacitações em serviço, com a presença de todo Comitê Regional de Certificação da SR/05, resultando na aceleração das análises dos processos de certificação. Houve também a participação de servidores da Divisão no Seminário "Oeste da Bahia: Veredas, Trilhas e Caminhos do Além São Francisco", apresentando atividades relacionadas à Lei 10.267/01, a Norma de Georreferenciamento, a Certificação de imóveis e ao Geoprocessamento e Base de Dados do INCRA, promovendo a divulgação das atividades da Divisão no meio acadêmico.

A participação de técnicos da divisão em outros Seminários, Oficinas e em articulações institucionais promoveu a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA e das informações disponíveis nesta SR, a exemplo das Bases de Dados Georreferenciados de imóveis rurais e Projetos de Assentamento, além de melhorar a integração interinstitucional. Este conhecimento técnico acumulado contribuiu ainda para a construção de Norma Técnica para o levantamento de áreas de Reserva Legal do Instituto do Meio Ambiente – IMA.

Não obstante, a realização de reuniões técnicas relacionadas principalmente à Certificação de imóveis rurais favoreceu o melhor conhecimento, por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e conseqüentemente melhoraram a qualidade dos trabalhos que foram submetidos, tornando mais céleres as análises destes processos.

Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI

Assim como na ação anterior, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária também não executa diretamente ação de Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, entretanto, tem fomentado junto ao Governo do Estado através da instância especifica a realização de ações intervencionistas na malha fundiária estadual visando sua regularização. Cita-se como exemplo o convênio celebrado no final de 2009 com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia.

Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marreck Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Incra na Bahia não executa esta Ação, em razão das terras públicas pertencerem ao Estado.

Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Márcio Marrek Berbigier**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	ha	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Incra na Bahia não executa esta Ação, em razão das terras públicas pertencerem ao Estado.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Luciméri Selivon**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	25.752	25.752	100	16.592	64	16.592	64

Fonte: SIAFI

Os recursos disponibilizados na Ação GAP deste Programa, totalizaram R$25.752,49. Tais recursos foram alocados nas seguintes rubricas:

PI: F0138227240
Fonte: 1763

Natureza de Despesa		Total Recebido Acumulado	Total Empenho Acumulado	Liquidado	Saldo
Elemento de Despesa	**Descrição**				
339014	Diárias	2.479,20	2.479,20	2.479,20	0,00
339030	Material do Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	Passagens	3.373,29	3.373,29	3.373,29	0,00
339036	Serv Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00
339039	Serv Pessoa Juridica	0,00	0,00	0,00	0,00
449052	Equip Material Perman	19.900,00	19.900,00	10.740,00	9.160,00
TOTAL		**25.752,49**	**25.752,49**	**16.592,49**	**0,00**

2.3.4 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia**.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[4]

[4] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Ronaldo Alves de Souza.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor capacitado	96	219	0	228,1%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
23.888	**66.024**	**66.024**	**100**	**66.024**	**100**	**66.024**	**100**

Fonte: SIAFI

Conforme diretrizes da Coordenação de Capacitação Nacional, esta Regional priorizou ações que pudessem alcançar maior quantitativo de servidores, a partir da identificação de questões discutidas no âmbito do Comitê de Decisão Regional. A Administração atuou no processo de sensibilização e motivação dos servidores, com vistas a missão do INCRA na condução do Programa de Reforma Agrária, por se tratar de requisito básico para implementação do processo de modernização organizacional, contemplando, cada Divisão com capacitações identificadas e demandadas pelas mesmas, dando ênfase a ferramentas técnicas que pudessem intrumentalizar os servidores na condução de suas atividades.

Inicialmente, realizamos seis oficinas de trabalho, mediadas por consultor especializado, assegurando a participação de todos os servidores, num processo de construção do Plano Plurianual da SR, homólogo ao PPA nacional, com vista a internalização das metas do PNRA, para esta Regional.

Para o Programa de Capacitação foram programados recursos na ordem de R$ 23.888,000 (vinte e três mil oitocentos e oitenta e oito reais). Posteriormente, atendendo às demandas desta Regional, fomos provisionadas em 66.024,00(sessenta e seis mil vinte e quatro reais) tendo sido empenhados e liquidados R$ R$66.024,00(sessenta e seis mil vinte e quatro reais), correspondente a 100,% da importância descentralizada.

A estratégia utilizada para capacitação destinou o maior volume de recursos na realização de eventos nesta Capital, a medida possibilitou um menor custo unitário e envolveu mais servidores. Esta forma de execução possibilitou a superação da meta prevista. Os recursos descentralizados asseguraram aos servidores a possibilidade de participação em treinamentos, cursos, seminários, etc., no intuito de melhor desenvolver o potencial e buscar alternativas inovadoras no desenvolvimento profissional e social, sempre voltado basicamente para atender as reais necessidades de atuação e desempenho institucional.

Em 2009, tomamos por base o projeto do Plano Nacional de Capacitação (PNC) do INCRA 2008-2011, para direcionarmos nossa ação. Além das capacitações envolvendo a contratação de empresas especializadas, adotamos o PNC (2008-2011) que propõe algumas formas alternativas de capacitação como parcerias internas, externas e criação de núcleos de aprendizagem, que quase sempre ocorrem com pouco ou nenhum custo para a instituição. Essas alternativas, durante o ano de 2009 foram incorporadas gradativamente em nossas ações de capacitação a exemplo de:

1- Obtenção: Capacitação de Peritos Agrários (Auditório), Curso de Avaliação de Imóveis Rurais(ABASE)
2- Desenvolvimento: Capacitação de ATES (Auditório), Oficina de Sensibilização de Movimentos Sociais (Auditório), Reflexões sobre o Novo Modelo de ATES(ABASE).
3- Fundiária: Capacitação de Cadastro Fundiário (Auditório), Articulações dos Territórios Quilombolas da Bahia (ABASE).
4- Outros: Encontro de Superintendencias do Nordeste (ABASE), Curso de Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares(ABASE), Curso de Capacitação em Sistema SICONV, Teoria e Prática (Hotel Pestana), Semana da Saúde (em parceria com a ASSINCRA-BA, Encontro Nacional de Planejamento e Avaliação (ABASE, em parceria co a Diretoria de Planejamento da Sede), 1ª Feira Estadual de Economia Feminista e Solidária da Bahia (em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário)

Através da parceria com a UNEB - Universidade do Estado da Bahia , implantamos a ginástica laboral, que objetiva a realização de exercícios físicos no ambiente de trabalho, durante o horário de expediente, promovendo a melhoria da saúde dos servidores e colaboradores, evitando lesões de esforços repetitivos e doenças ocupacionais.

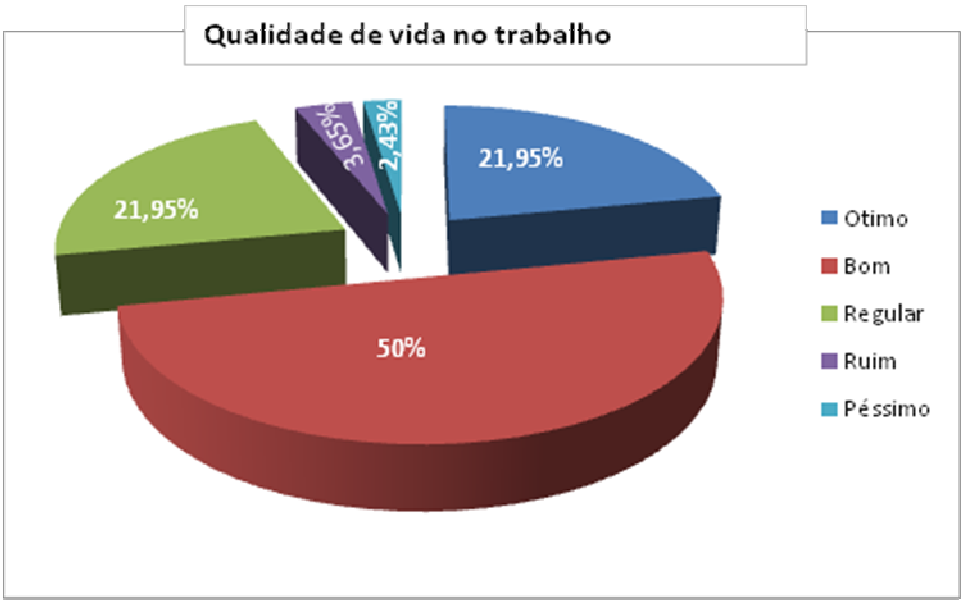
Além de exercícios físicos, a ginástica laboral consiste em alongamentos, relaxamento muscular e flexibilidade das articulações. Apesar da prática da ginástica laboral ser coletiva, ela é moldada de acordo com a função exercida pelo trabalhador.

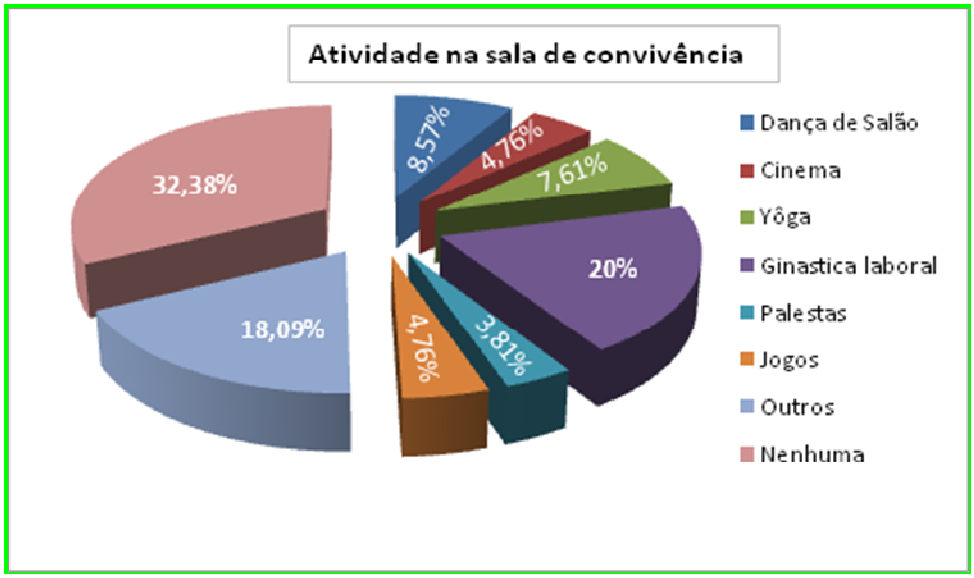
O Espaço de Convivência foi criado para ser um local onde nossos servidores possam descansar e desfrutar de lazer e relaxamento no seu intervalo de trabalho. Isso para que quando voltem para o expediente estejam mais relaxados e revigorados para o desempenho das suas funções. O INCRA Cine com sessões realizadas as quarta-feiras no Espaço de Convivência, além de servir como um momento de integração e lazer, também é utilizada como reflexão a partir dos filmes escolhidos.

A dança de salão é uma atividade física que pode ser feita por pessoas de todas as idades. Sem contra indicações ,foi implementada por solicitação dos servidores, após pesquisa de satisfação, sendo um meio de descontração e liberação de energia, melhorando a vida social dentro desta Regional. De igual modo, a implantação de exercícios de Yoga teve por objetivo a melhoria da concentração e do sistema nervoso, equilíbrio do corpo e postura dos servidores.

Conforme descrito acima através das ações supra citadas encerramos o exercício de 2009 com o percentual 100% dos servidores com participação em algum tipo de evento.

Em processo de avaliação constante, em fevereiro/2010 aplicamos questionário sobre qualidade de vida no trabalho do exercício 2009, obtendo a seguinte avaliação.




Atividade na sala de convivência
8,57%
4,76%
7,61%
20%
3,81%
4,76%
18,09%
32,38%
Dança de Salão
Cinema
Yôga
Ginastica laboral
Palestas
Jogos
Outros
Nenhuma

2.3.5 - Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho**.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marcos Antonio Silva Nery

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[5]

[5] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Nilton Bezerra Guedes**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	1.728	51.759	0	807%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
193.500	1.190.430	1.165.355	98	849.816	71	849.816	71

Fonte: SIAFI

A ação de distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e executada em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, nominada "Programa Fome Zero".

O objetivo dessa ação é atender, com cestas básicas, segmentos sociais em situação de insegurança nutricional e alimentar, sendo eles acampados que pleiteiam acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, marisqueiras e caranguejeiras.

Na Bahia, até o ano de 2008, eram distribuídas 22.144 (vinte e duas mil, cento e quarenta e quatro) cestas aos acampamentos dos trabalhadores rurais sem terras. Em 2009, esse número foi ampliado para 51.759 (cinqüenta e uma mil, setecentas e cinqüenta e nove) cestas, as quais são liberadas em fases. Em cada fase, duas etapas totalizando 103.518 (cento e três mil, quinhentas e dezoito) cestas foram entregues, com o peso por cesta de 22 (vinte e dois) quilos, perfazendo 2.277 (duas mil duzentos e setenta e sete) toneladas.

Vale ressaltar que o Estado da Bahia é o quinto maior do país em dimensão territorial, contendo grande número de famílias que dependem desta política de governo, e, para atendimento ao Programa de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social se fizeram necessários gastos com locação de caminhão baú para transportar as cestas básicas (2.277 toneladas), disponibilizadas pela CONAB, dos pólos de atendimento até os acampamentos, todos em sua maioria com difícil acesso. Demandando também ainda despesas com diárias, passagens e transportes de servidores que acompanham a entrega das cestas básicas.

Os casos excepcionais (não contemplados pela programação de suplementação alimentar subsidiada pelo MDS), a exemplo de despejos de trabalhadores rurais acampados em imóveis objetos de processos expropriatórios, quando se faz necessário a interferência da Ouvidoria Agrária Nacional, CONSOP, Casa Militar, CDA, INCRA, Delegacia Agrária na mediação desses conflitos, e que por vezes, a OAN descentraliza recursos financeiros para atendimento a esses grupos populacionais específicos de trabalhadores rurais sem-terras, que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e que aguardam providências do poder público para acesso ao programa de reforma agrária do governo federal, que sequer tem condições de produzir o básico para as suas sobrevivências, solicitando as Superintendências aquisição de gêneros alimentícios para compor Cestas Básicas para atender suas necessidades básicas de subsistência. O que resultou na necessidade de aquisição de cestas básicas para atender a 6.545 famílias.

Ademais, a Ouvidoria Agrária nacional faz mediação de conflitos que demandaram despesas com locação de veículos, refeições, passagens para os deslocamentos dos trabalhadores rurais sem terras envolvidos.

Com a formalização da parceria com o Governo do Estado da Bahia que nomeou a Delegada Agrária e sua Equipe para atuarem em todo o Estado da Bahia como em outros locais que demandaram participação e apoio, todas as despesas foram custeadas por esta Superintendência, a exemplo de: locação de carros, passagens e diárias.

O que justifica os gastos no montante de R$ 1.165.355,03 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil trezentos e cinqüenta e cinco reais e três centavos).

2.3.6 - Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Luiz Eduardo Chagas Barreto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[6]

[6] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade/território	19	0	19	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
808.978	**19.714**	**19.714**	**100**	**19.714**	**100**	**19.714**	**100**

Fonte: SIAFI

Em 2009, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas instruiu os processos para a publicação de 03 Decretos de interesse social de territórios quilombolas, possibilitou publicação das Portarias de Reconhecimento de 02 Comunidades e a publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID(s) - de outras 05, além de ter dado inicio à elaboração de mais 10 RTID(s) e a abertura de mais 09 processos de Reconhecimento.

O exercício de 2009 permitiu a observação da complexidade da instrução processual em conformidade com a Norma de Execução 57/09, da quantidade e qualidade das impugnações processuais administrativas e judiciais, da insegurança jurídica em relação à legislação, do nível de informação e da organização das comunidades trabalhadas, o que conseqüentemente justifica o desempenho do Serviço em relação às metas e demandas a ele dirigidas.

Cabe ressaltar que, ao que pese o número de RTIDs efetivamente encaminhados, uma gama de atividades foram desenvolvidas principalmente no sentido do saneamento processual, da normatização administrativa para garantia da segurança aos processos administrativos, das orientações às comunidades, das capacitações em serviço, da articulação institucional, entre outras.

A Divisão, consciente das limitações administrativas para superar esta realidade, não economizou esforços no sentido do estabelecimento efetivo de parcerias, obtendo resultados concretos do ponto de vista de encaminhamentos de RTIDs e principalmente em relação à disseminação ao público externo da Instrução Normativa 57/09 para realização da atividade.

A estratégia do permanente suporte técnico em defesa dos interesses das representações de Territórios Quilombolas nas questões decorrentes de encaminhamentos de RTID (audiências públicas, contestações judiciais, acessibilidade das comunidades às políticas públicas), foi fundamental para o avanço das ações da Divisão em 2009. Estas ações se deram junto à instituições do Governo Federal (Ministério Público Federal - MPF, Gerência do Patrimônio da União- GRPU, Polícia Federal - PF, Defensoria Pública da União - DPU, Ministério da Pesca) e do Governo Estadual (Secretaria da Promoção da Igualdade - SECOMI, Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agropecuário - EBDA, Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES).

2.3.6.2 - Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Givânia Maria da Silva**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	ha	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional do Incra na Bahia não foi contemplada por esta ação na PO/2009, por não haver ainda demanda.

2.3.7- Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sergio Ricardo Rezende

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[7]

[7] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida do Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	trabalhador	0	3.940	0	%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI

Na modalidade Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos foram concluídos em 2009 dois convênios: um com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) que foi finalizado em 21.01.2009 e atendeu uma demanda de 1.440 jovens e adultos; e o outro com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que se finalizou em 30.09.2009 e atendeu uma demanda de 2.500 jovens e adultos assentados de reforma agrária.

Totalizou-se 3.940 pessoas beneficiadas por esses dois convênios, proporcionando a esses sujeitos, em muitos casos, deixar para trás a condição de analfabetos e avançar não só em seus estudos, mas também na construção de sua cidadania. Assim, iniciativas como essas vêm contribuindo para a diminuição dos índices de analfabetismo nas áreas de reforma agrária.

Entretanto, deve-se salientar que o maior desafio nessa modalidade de ensino é a conciliação que os educandos precisam fazer entre a árdua jornada diária de trabalho no campo e a jornada noturna em sala de aula.

Obs. Os recursos financeiros referentes aos convênios supracitados foram liberados integralmente em exercícios anteriores a 2009.

Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional	0	0	0	0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	**0**	**0**	**0%**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

Fonte: SIAFI

A Superintendência Regional da Bahia não foi contemplada por esta ação, na PO/ 2009.

Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional	370	365	5	98,6%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
1.000.000	1.328.000	1.328.000	100	1.094.250	82	813.000	61

Fonte: SIAFI

CURSOS DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

A Superintendência Regional do Incra na Bahia teve dois convênios concluídos em 2009, ambos firmados para oferecer Cursos Técnicos Profissionalizantes em Agropecuária. As universidades executoras dos convênios foram a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), atendendo a 50 jovens e adultos, e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atendendo a 195 jovens e adultos assentados de reforma agrária.

Todo o recurso designado a esses convênios foi liberado em exercícios anteriores a 2009, entretanto, em decorrência de dificuldades na execução dos cursos, as universidades responsáveis precisaram de prorrogação do prazo para o cumprimento do objeto dos convênios, qual seja a formação dos educandos em técnicos em agropecuária.

Segundo as universidades, as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas ao atraso na liberação dos recursos financeiros, provocado por greves no INCRA ou pelo não cumprimento, em tempo hábil, da entrega da documentação necessária para efetuação dos repasses financeiros, especialmente, prestações parciais de contas e relatórios parciais de metas físicas. Outro ponto a ser citado, são as greves nas universidades que provocam atrasos na continuidade das etapas dos cursos.

Atualmente o único convênio de nível médio em execução é o do Curso Técnico Profissionalizante em Enfermagem, firmado desde 2008 com a Universidade Estadual do Sudoeste Bahiano (UESB), visando atender a **150 jovens e adultos** assentados de reforma agrária.

Durante o exercício de 2009 foram realizados dois repasses financeiros para o convênio supracitado, um no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e outro no valor de R$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais), totalizando R$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais).

Salienta-se que de acordo com os relatórios da Universidade e a supervisão e acompanhamento realizados pelo INCRA, o Curso Técnico Profissionalizante em Enfermagem está sendo executado em consonância com o Plano de Trabalho apresentado e acatado quando da assinatura do mencionado ajuste.

CURSO DE NÍVEL SUPERIOR

Atualmente a Superintendência Regional da Bahia conta com dois convênios para oferecimento de cursos de nível superior:

- CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM LETRAS (Conclusão: 18.03.2010 / Parceria: INCRA/FUNDESF/UNEB /Público: **120 educandos**);

- CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA (Conclusão: 30.11.2012 / Parceria: INCRA/FASEC/UNEB / Público: **100 educandos**);

Em 2009 o convênio do Curso de Letras recebeu um repasse financeiro no valor de 281.250,00 (duzentos e oitenta e hum mil e duzentos e cinquenta reais) e o convênio do Curso de Agronomia recebeu um repasse de 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

De acordo com os relatórios da universidade e o acompanhamento feito pelo INCRA, os convênios supracitados estão sendo executados conforme a proposta firmada na assinatura dos respectivos ajustes. Entretanto, pequenos atrasos no andamento das etapas curriculares são comuns, devido a problemas como greves ou atrasos na liberação dos recursos financeiros, motivados por questões administrativas, como apresentação de prestações de contas parciais, ou ainda, questões técnicas, como atrasos na apresentação dos relatórios parciais de metas físicas.

Obs. Foi concluído em 2009 o Curso Superior de Pedagogia da Terra, a formatura dos 120 alunos beneficiados pelo convênio ocorrerá em 11.03.2010. Os repasses financeiros do ajuste se deram até o ano de 2008.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarice Aparecida dos Santos.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	28.410,56	28.410,56	100	28.410,56	100	28.410,56	100

Fonte: SIAFI

Os recursos disponibilizados na Ação GAP deste Programa, totalizaram R$28.410,56. Tais recursos foram alocados nas seguintes rubricas:

- Diárias: R$19.520,00;

- Material de consumo: R$3.690,56

- Passagens: R$3.700,00;

- Serviços Prestados por Pessoa Física: R$1.500,00.

Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sergio Ricardo Rezende

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[8]

[8] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.2 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Famílias	6.246	35.493	35.493	568,3%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

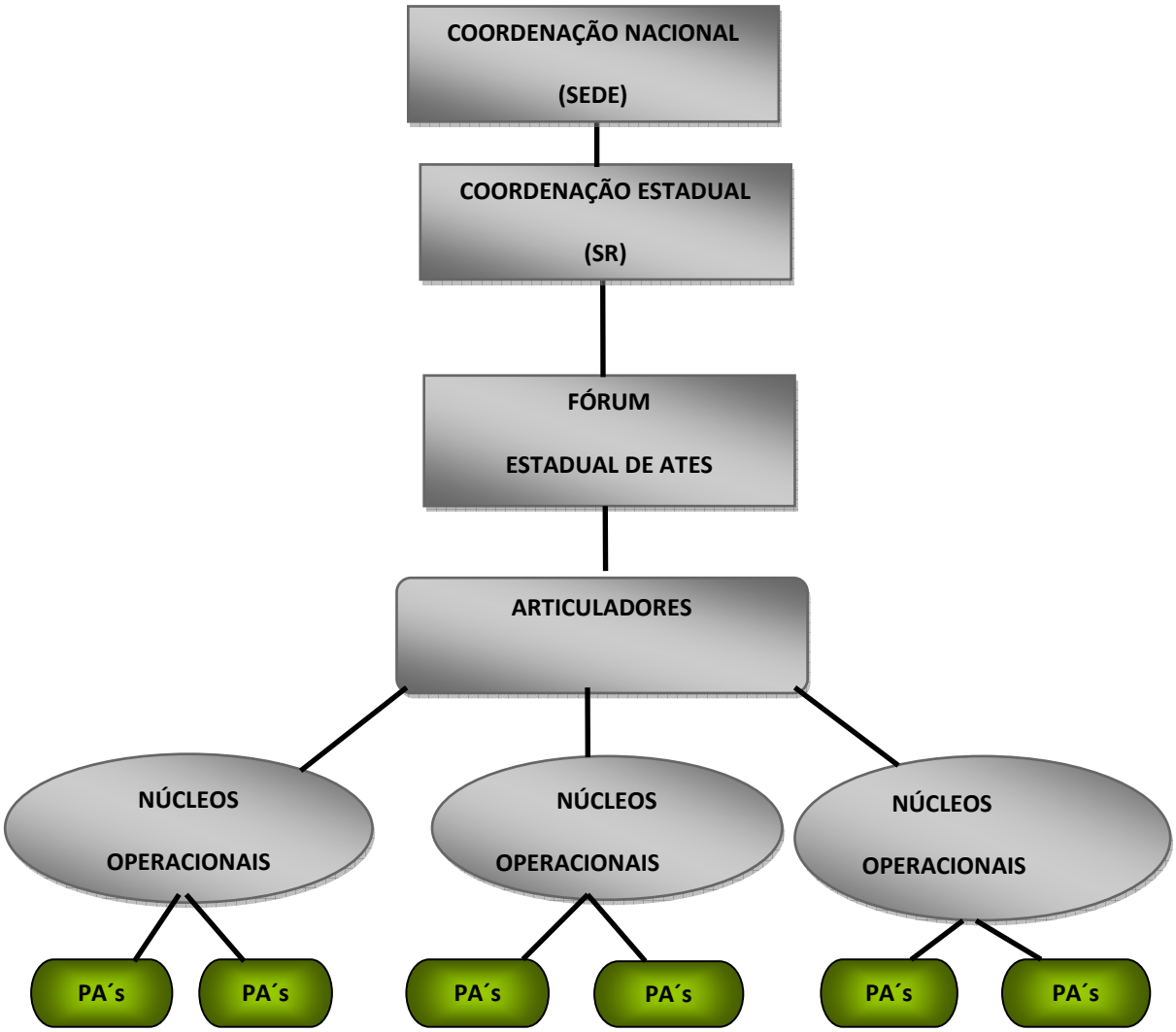
Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
4.721.948	**2.000.000**	**2.000.000**	**100**	**2.000.000**	**100**	**2.000.000**	**100**

Fonte: SIAFI

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é coordenado e gerido pelo INCRA, por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), em nível nacional, e pelas Superintendências Regionais (SR), em suas áreas de atuação, em estrita observância às diretrizes da PNATER do MDA.

Existem instâncias de gestão participativa em nível nacional e estadual, com objetivo de viabilizar a construção de canais institucionalizados de comunicação entre o público beneficiário e o INCRA, promovendo a participação e o debate entre as diversas instituições atuantes na área da assistência técnica no âmbito da reforma agrária, com vistas a conferir maior transparência no processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades de ATES. Como instâncias de execução técnica têm-se os Núcleos Operacionais (Nos) onde estarão inseridas as equipes interdisciplinares, além da equipe de articulação, responsável pela integração e assessoramento às atividades técnicas. Esta estrutura é sintetizada no esquema abaixo:



A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, assim como outras superintendências regionais, a partir de 2004 adotou na prestação dos serviços de ATES, a modalidade convênio. Até junho de 2008, haviam sido pactuados 7 (sete) convênios de ATES, todos com entidades privadas sem fins lucrativos, que beneficiaram ao todo 17.082 famílias assentadas. Com a proximidade do termino dos referidos convênios de ATES, a Superintendência Regional do INCRA na Bahia e o Governo do Estado da Bahia vislumbraram uma ampla parceria objetivando o desenvolvimento dos assentamentos. Assim sendo, em julho de 2008, foi assinado entre as partes o convênio CRT BA 0001/2008, processo N° 54160.002908/2008-18, tendo o Governo do Estado da Bahia como convenente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, como executora. O objeto do referido convênio é a prestação de serviços de ATES à 35.493 famílias assentadas, representando 86,6% do universo de famílias assentadas no estado, o que coloca a Bahia como um dos melhores estados em termos de percentual de atendimento do programa. A seguir, quadro resumo com informações gerais:

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONVÊNIO ATES INCRA SR-05	
Número convênio	CRT BA 0001/2008
Data de publicação	03/07/2008
Concedente	INCRA
Convenente	Governo do Estado da Bahia
Executora	EBDA
Valor concedente	R$ 49.000.000,00
Valor convenente	R$ 35.589.899,26
Valor global	R$ 84.589.899,26
Total de famílias atendidas	35.493
Número de Núcleos Operacionais (NOs)	48
Número de equipes	70
Número de técnicos	420
Número de famílias/técnico	Aproximadamente 85
Número de famílias / equipe	Aproximadamente 500
Período de execução	07/2008 a 12/2011

Ressalta-se que esta entre as responsabilidades do Governo do Estado, como contrapartida do convenente, a contratação dos 420 técnicos que atuarão junto a 35.493 famílias assentadas.

Principais Resultados e dificuldades encontradas

O INCRA da Bahia utiliza os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, estando a sua Divisão de Desenvolvimento organizada em equipes Meso-territoriais. Foi definida uma *equipe de Coordenação de ATES*, atuante nessa Divisão de Desenvolvimento, que junto às equipes Meso-territoriais e equipe de coordenação da EBDA, realizou estudos e elaborou propostas para a implementação da ação que foram discutidas, revisadas, complementadas e homologadas no Fórum de ATES.

O *Fórum Estadual de ATES* constitui-se em um espaço de diálogo e articulação entre os diferentes níveis de governo, os beneficiários do programa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de discutir a implementação do Programa de ATES no estado e propor ações de melhoria e aperfeiçoamento das atividades previstas para a Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES. O Fórum de ATES da Bahia foi criado conforme Portaria nº 38 de 6/10/2008, tendo seu Regimento publicado em 15/10/2008. É composto de 22 Organizações, sendo 50% do setor público e 50% da sociedade civil e tem demonstrado ser um espaço privilegiado para troca de idéias, acolhimento e encaminhamento de demandas. As reuniões são conduzidas democraticamente, para que todos expressassem suas opiniões, críticas e sugestões a todas as propostas, que são homologadas nesse espaço. Objetivando reunir um número expressivo de representações das entidades dos trabalhadores rurais e garantir a coleta de informações, todas as reuniões são marcadas com antecedência mínima de 7 dias. Em todas as reuniões são elaboradas atas e colhe-se a assinatura dos presentes, inclusive daqueles que participaram na condição de convidados. Para as propostas que demandam desdobramentos mais complexos, elegem-se grupos de trabalho para garantir agilidade na construção e nos resultados.

O resultado de maior impacto do presente convênio é a ***ampliação do número de beneficiários, que passou de um percentual de 44,7% para 94% das famílias assentadas,*** com abrangência em 20 dos 22 Territórios de Identidade do estado da Bahia, onde existem projetos de assentamento de Reforma Agrária, possibilitando apoio ao desenvolvimento para a grande maioria das famílias assentadas no estado, através das diversas atividades previstas na ação de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), conseguinte, no referido convênio. Tal ampliação e abrangência, superando a meta prevista para o Estado da Bahia, somente foi possível devido efetivação da parceria entre as instâncias federal e estadual para a ação, resultando na significativa contrapartida do Governo do Estado, que inclui a contratação dos profissionais que compõe as equipes técnicas.

Apesar de o convênio ter-se firmado no segundo semestre de 2008, pela importância e tamanho do projeto, houve atraso na sua implementação, que se deu no decorrer do exercício de 2009, com a realização de articulações, estudos, eventos e procedimentos necessários para criação da estrutura de coordenação do convenente a execução da ação, conforme determina o Manual Operacional aprovado em Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78 de 31 de outubro de 2008.

Assim sendo, os principais problemas para a execução da ação de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados estão relacionados ao atraso na implementação do Convênio por dificuldades encontradas pela convenente para a contratação dos técnicos e aquisição e instalação da estrutura operacional. A maioria das dificuldades foi superada até o final de 2009, entretanto, outras persistem, o que causa insatisfação por parte dos Movimentos Sociais, manifestada nas reuniões do Fórum de ATES.

A seguir, estão elencadas as principais atividades desenvolvidas no exercício, com um breve relato do encaminhamento, resultados e dificuldades encontradas, quando for o caso:

1. ***Qualificação da demanda de ATES*** *com priorização de 35.000 famílias*. Consideraram-se critérios de adensamento de Projetos de Assentamentos e famílias assentadas, priorizando-se o atendimento de 100% do publico inserido nos territórios da cidadania, excluindo-se os assentamentos consolidados. Ademais se observou um número mínimo de 350 famílias para justificar a instalação de uma equipe interdisciplinar visto que, a relação de técnico por família assentada preconizada no manual de ATES é de 1: 85. Ressalta-se a reivindicação dos Assentamentos não contemplados, através de suas organizações, apesar de entenderem justos os critérios de priorização. Esses esperam que se cumpra a universalização do Programa, com maior disponibilidade de recursos para o estado, no próximo exercício, para atendimento do percentual restante de aproximadamente 6% das famílias assentadas no estado da Bahia.

2. ***Composição e distribuição das equipes interdisciplinares****, bem como a* ***localização dos Núcleos Operacionais*** (NOs). Os Núcleos Operacionais devem se constituir em unidades com infra-estrutura física adequada e equipe técnica de caráter multidisciplinar (preferencialmente, diversificada em termos de gênero), responsáveis pela execução da ATES junto às famílias assentadas. No estado da Bahia, os estudos indicaram a necessidade de instalação de 48 NOs, sendo os mesmos localizados nos escritórios da EBDA, distribuídos por todo o estado e sob coordenação de 20 Gerencias Regionais da empresa. Foi resguardada a distância máxima de deslocamento ao assentamento não ultrapassando 200 km conforme estabelecido no manual de ATES, devendo, portanto, onde não havia escritórios da EBDA, em sete localizações, serem providenciadas as estruturas necessárias a implantação dos Nos. Até o final do exercício de 2009 46 NOs, aproximadamente 96%, já se encontravam instalados fisicamente, com algumas pendências relacionadas a adequação de espaço para o nº de técnicos, móveis e equipamentos, acesso a internet e falta de complementação da equipe técnica.

3. ***Contratação dos técnicos para as equipes multidisciplinares.*** Para atendimento da meta de 35.000 famílias foi realizado um estudo pela Coordenação de ATES da SR-05, ajustado e homologado no Fórum de ATES, que identificou a necessidade de aproximadamente 70 equipes distribuídas nos 48 NOs do Estado. Procurou-se contemplar cada equipe com a multidisciplinaridade requerida no Manual de ATES, com profissionais das áreas agropecuária, social e ambiental. A Coordenação de ATES da SR-05 elaborou um estudo junto as Equipes Meso-territoriais, Coordenação da EBDA e demais membros do Fórum, que resultou em uma proposta de perfil dos técnicos a serem contratados, bem como de critérios, para compor o edital de seleção. O processo seletivo foi de responsabilidade da convenente através de parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e durante o exercício de 2009 a contratação dos técnicos se deu em duas etapas: a primeira em julho, que viabilizou a contratação de 157 servidores e a segunda em outubro, com mais 206 servidores, totalizando 363 profissionais,

aproximadamente 86% do previsto no convênio, conforme quadro demonstrativo, a seguir:

COMPOSIÇÃO DO QUADRO TÉCNICO DOS NOS NO ESTADO DA BAHIA			
Área de atuação	**Previsto**	**Realizado até 12/2009**	**% realizado**
Área agropecuária	70	53	76
Área social	70	61	87
Área ambiental	70	65	93
Técnicos Agrícolas	150	130	87
Técnicos Administrativos	60	57	95
Total	**420**	**366**	**87**

A maior dificuldade encontrada no processo de formação das equipes e complementação do número previsto de 420 profissionais esta relacionada ao baixo valor do salário Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), sistema adotado pelo governo do estado. Esse fato tem gerado muita desistência entre a seleção e contratação ou provocado certa rotatividade que preocupa, tendo sido uma das questões objeto das discussões no Fórum de ATES.

4. ***Estrutura Operacional dos NOs: aquisição de móveis, equipamentos e veículos***. A estrutura operacional prevista no convênio atende as necessidades do serviço de ATES a contento, com exceção dos veículos. A Coordenação de ATES da SR-05 elaborou um estudo junto as Equipes Meso-territoriais e os Movimentos Sociais, membros do Fórum de ATES, identificando a demanda de veículos pequenos e grandes traçados por NO, considerando o atendimento às áreas de difícil acesso, principalmente no período das chuvas. A demanda real resultou na necessidade de 126 veículos, sendo 69 pequenos e 57 grandes traçados. Entretanto, em decorrência da indisponibilidade de recursos para atendimento da real demanda, fez-se necessário adequá-la, resultando em uma proposta de 121 veículos, sendo 101 pequenos e 20 grandes traçados, priorizando-se as áreas de maior dificuldade de acesso.

Ocorre que houve um significativo atraso na viabilização da estrutura operacional por conta, de acordo justificativa da convenente, do processo burocrático estadual a exemplo de dificuldades na identificação e contratação de locação de imóveis para a instalação dos Nos, na aquisição e distribuição dos equipamentos e materiais permanentes, contratação de empresas para o fornecimento de combustível, ausência de estrutura de serviços para comunicação via internet nos municípios de localização dos NOs e, principalmente dificuldades para a aquisição dos veículos. A maioria dessas dificuldades foi superada no segundo semestre do exercício de 2009, conforme quadro

demonstrativo abaixo, com exceção dos veículos. Considerando que os veículos são imprescindíveis para o deslocamento dos técnicos, os trabalhos ocorreram de forma emergencial, com a disponibilização eventual de veículos de outras ações da empresa executora, EBDA, para a realização dos serviços de ATES, sem atendimento satisfatório, todavia. Está em curso processo licitatório, devendo essa dificuldade estar sanada nos primeiros meses do exercício seguinte.

ESTRUTURA OPERACIONAL DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS			
Itens	**Previsto**	**Realizado até 12/2009**	**% Realizado**
Veículo 4 portas, flex, com ar condicionado	101	-	0
Veículo 4 portas traçado	20	-	0
Microcomputador portátil - Notebook	70	70	100
Mocrocomputador, monitor LCD de 17 pol	350	350	100
Impressora, a laser / led	70	70	100
Estabilizador	420	420	100
GPS de navegação, com cabo, UBS	70	70	100
Nobreak	10	10	100
Mesa de escritório com 2 (duas) gavetas	420	420	100
Mesa de computador simples	350	350	100
Mesa de impressora	70	70	100
Cadeira giratória sem braço	420	420	100
Câmara fotográfica	30	30	100

6. ***Elaboração de Diagnósticos Regionais***. Foi deliberado pelo Fórum de ATES da necessidade de, no período entre a contratação dos primeiros 157 técnicos e a estruturação dos NOs, incluir na atividade desses profissionais a elaboração de um diagnóstico regional, de modo a visibilizar o contexto de inserção dos assentamentos de cada NO. Foi elaborado um roteiro orientador, por um grupo de trabalho constituído no Fórum, que foi encaminhado as equipes em formação. Foram elaborados 29 diagnósticos regionais, dez dos quais sorteados e apresentados nas Oficinas de Planejamento Operacional.

5. ***Oficinas de Planejamento Operacional das Ações de ATES***. O Manual de ATES recomenda que todos os Convênios, Contratos e/ou Termos de Parceria firmados entre as Superintendências Regionais e as entidades prestadoras de ATES, realizem uma Oficina de Planejamento Operacional das Ações, como atividade inicial dos serviços a serem desenvolvidos. Tal Oficina terá o propósito de estruturar um Plano de Ação das operadoras para todo o período do Convênio/Contrato/Termo de Parceria, detalhando os primeiros doze meses a serem trabalhados. Deverão participar da Oficina de Planejamento, as empresas prestadoras da ATES, os técnicos que atuarão nos núcleos operacionais, as equipes de articulação, organizações dos assentados e representações dos assentamentos contemplados pelo programa, bem como o corpo técnico do INCRA. Poderão ainda ser convidados membros do Fórum Estadual de ATES e parceiros identificados com os assentamentos.

Foi elaborada pela Coordenação de ATES da SR-05 junto as Equipes Meso-territoriais e Coordenação da EBDA uma proposta inicial para a execução das Oficinas de Planejamento operacional. Deliberou-se pela organização e realização em duas etapas e sete momentos, para garantia do bom aproveitamento da atividade devido ao grande número de participantes, pelo tamanho do convênio e do seu público alvo, 35000 famílias assentadas. Essa proposta foi discutida, complementada e aprovada no Fórum de ATES, alterada e ajustada às condições de atraso na contratação da totalidade dos técnicos e na viabilização da estrutura operacional, bem como do atraso na contratação dos Articuladores de ATES.

a) Oficinas de nivelamento sobre temas afins a ATES, incluindo a apresentação do Programa e de políticas públicas e ações no âmbito federal, estadual e territorial, com destaque as do INCRA. A programação foi distribuída em 4 dias, sendo realizadas em três oportunidades. Contou com a participação de 100% dos técnicos já contratados, representações dos Assentamentos, Movimentos Sociais e demais Instituições articuladas com a Reforma Agrária;

b) Oficinas para a construção do diagnóstico marco zero e elaboração do plano de ação, com definição e capacitação de metodologias de abordagem em campo e instrumentos de planejamento. A programação foi distribuída em 8 dias, sendo realizadas em quatro Meso-territórios, em oito projetos de assentamento selecionados. Contou com a participação de todas as famílias assentadas nos oito assentamentos, representação dos Movimentos Sociais e aproximadamente 70% dos técnicos já contratados.

7. ***Apresentação do Convênio e da equipe nos assentamento***. É recomendação do Manual de ATES que as equipes sejam apresentadas nos assentamentos, momento em que deve ser feita a apresentação do Programa e do convênio. Nessa oportunidade deve-se também orientar a comunidade a registrar em ata o seu aceite em serem beneficiados pela ATES, bem como a escolha de três membros da associação para compor uma comissão de acompanhamento dos serviços da equipe. A coordenação de ATES da SR-05 elaborou, junto as Equipes Meso-territoriais, roteiros, rotinas e cronograma para essa atividade. A atividade foi realizada em 194 assentamentos e contou, maioria deles com a

participação do INCRA e dos gerentes regionais e/ou chefes de escritórios da EBDA, responsáveis pelos respectivos NOs.

8. ***Encontros regionais***. Além das oficinas organizadas e realizadas pelo INCRA e o governo do estado, foram demandados e organizados pelos Movimentos sociais e outras organizações inseridas nos assentamentos, encontros regionais para esclarecimentos sobre o Programa e o Convênio, oportunidade onde se conciliou estratégias e objetivos, ou ate mesmo ocorreu mediações do INCRA e EBDA referentes a resistência ao convênio, desentendimentos e/ou discordâncias referentes às metodologias de intervenção nos assentamentos. Ocorreram dois encontros em diferentes Meso-territórios.

9. ***Seminários para nivelamento em Políticas Públicas.*** Objetivando facilitar o acesso das famílias assentadas as diversas políticas públicas destinadas a agricultura familiar e reforma agrária, a coordenação de ATES, através de articulação com outras instituições públicas, apoiou a organização e viabilização da participação dos técnicos de ATES em eventos para nivelamento em Políticas Públicas e ações específicas: PAA, Política Públicas para as Mulheres, Economia Solidária, Levantamento Florestal com aferição de Volume e outros.

10. ***Monitoramento***. Foram realizados estudos e criados instrumentos para implementação do *processo de monitoramento* das ações do convênio. Um dos instrumentos é um questionário sobre os Núcleos Operacionais, aplicado por técnicos do INCRA, da coordenação de ATES e das equipes Meso-territoriais, dando conta de diversas questões, dentre elas, o atendimento da composição da equipe, a infra-estrutura disponibilizada nos Núcleos Operacionais, demandas de capacitação e outros. Em dezembro de 2009 foram aplicados esses questionários em 19 dos 46 NOs já instalados, constatando-se a dificuldade de realização da ação devido a deficiência da estrutura operacional, principalmente a falta de veículos para se chegar aos assentamentos, conforme já relatado. A seguir, quadro demonstrativo das atividades realizadas pelas equipes técnicas, a partir da contratação, parte em julho e parte em outubro de 2009:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2009				
Eventos		**Participantes**		
Atividades junto às famílias assentadas	**Quant.**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
Reunião de apresentação do Programa/convênio/equipe	194	4.781	3.119	7.900
Reunião nos PAs para levantamento de demandas e diagnóstico	180	2.901	1.538	4.439
Visita técnica	95	1.229	770	1.999

Eventos de Atendimento às famílias assentadas	37	1.005	581	1.586
Visita a outras instituições	32	286	127	413
Diagnóstico Regional	29			19
Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)	29	858	410	1.268
Projetos Programa Garantia Safra	23	-	-	1.921
Acompanhamento do Programa Sertão Produtivo	15	144	81	225
Eventos Capacitação de famílias assentadas	12	-	-	196
Distribuição de sementes	09	220	94	314
Videoconferência (técnica)	09	36	13	49
Seminário de ações e políticas públicas	06	345	309	654
Cadastramento de famílias para o PAA	04	53	58	111
Cadastramento de famílias para o Biodisel	04	81	45	126
Dia de campo	02	84	36	120
Elaboração de Projeto	02			
Elaboração de Projeto Pronaf A	01			

Entre as demandas de capacitação das equipes, a mais recorrente é na área do licenciamento ambiental dos PAs, agroecologia e elaboração de projetos. Para o monitoramento dos planos de ação de cada assentamento esta sendo elaborada pela coordenação de ATES da SR-05 uma matriz de acompanhamento a ser alimentada pelas equipes mesoterritoriais da SR-05.

O monitoramento de resultado da ATES será executado com acompanhamento do desenvolvimento dos assentamentos por meio de questionários por família e por assentamento, a serem aplicados periodicamente pelas equipes técnicas, que já estão capacitadas para tal. Estes serão conferidos e avaliados, por amostragem, pelos técnicos do INCRA. Parte da metodologia adotada se baseia no diagnóstico de sistemas de produção. De origem francesa, ela foi adotada pelo INCRA há mais de 10 anos e nos permite averiguar diferentes indicadores do desempenho da agricultura familiar. Um dos

mais importantes é a renda agrícola, ou seja, tudo o que o agricultor vendeu e consumiu ao longo de um ano agrícola, descontado custos fixos e variáveis, exceto mão-de-obra. Durante as oficinas de Planejamento Operacional, que ocorreram até a primeira quinzena de dezembro, esses instrumentos foram testados e a partir de então estão sendo replicados pelas equipes como uma das primeiras atividades, que indicará o marco zero da ação do convênio.

11. Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDA) e Plano de Recuperação de Assentamentos (PRA)

O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos, PDA , é a principal ferramenta de planejamento dos Projetos de Assentamento voltada diretamente para o seu desenvolvimento sustentável, segundo as suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Os PDAs constituem a base das informações a serem trabalhadas para elaboração dos Planos de Recuperação dos Assentamentos e subsidiarão a análise comparativa entre as ações planejadas e programadas para os assentamentos nas fases de implantação e consolidação e a realidade encontrada após a atualização das respectivas informações.

O PDA deve considerar todas as fases do processo de evolução do assentamento, da instalação das famílias nas áreas, passando pela participação e capacitação das mesmas na construção e elaboração das propostas de desenvolvimento para o Projeto de Assentamento, estendendo-se até a sua completa consolidação e emancipação. Seu valor de referencia é de R$ 240,00 por família assentada.

O Plano de Recuperação de Assentamentos, PRA, é uma modalidade de intervenção orientada para os Projetos de Assentamento, constituídos a mais tempo, com desenvolvimento e consolidação não consumados, em virtude da descontinuidade, interrupção ou não implementação das ações previstas pelo PDA, ou, mesmo, em decorrência da inexistência de tal Plano, ou qualquer outro percalço que tenha contribuído para sua não implementação.

Enfim, o PRA se traduz num conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição deste, voltadas para garantir ao Projeto de Assentamento, o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo, proporcionando crescimento da renda aos seus beneficiários, geração de empregos, aumento da produção e melhores condições de vida e cidadania, através do atendimento de itens considerados básicos para esse fim. Seu valor de referência é de R$ 120,00 por família assentada.

O PRA tem por objetivo central complementar e/ou adequar as orientações contidas no PDA, ou suprí-las no caso de sua inexistência, objetivando dotar os projetos de assentamento de condições essenciais à garantir o seu processo de estruturação e consolidação com vistas a sua emancipação plena, num determinado horizonte de tempo, de modo a garantir a sua sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, além de possibilitar o monitoramento e a avaliação de suas diversas ações pelas equipes de ATES.

Em dezembro de 2008 foi firmado termo aditivo para elaboração de 240 Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) beneficiando 15.041 famílias assentadas e 103 Planos de Recuperação de Assentamento (PRA) beneficiando 12.760 famílias assentadas, no valor de R$ 5.141.040,00, tendo sido liberado R$ 2.300.000,00 em 2009, estando o restante em restos a pagar.

12. Articuladores de ATES

A Equipe de Articulação é uma unidade constituída por profissionais de nível superior de formação multidisciplinar (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras). Essa equipe é responsável pela integração e assessoramento às equipes técnicas dos Núcleos Operacionais, em sua área de abrangência, visando garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos (às) beneficiários(as) da reforma agrária. A entidade prestadora do serviço de articulação deverá apresentar base física e infra-estrutura operacional adequada para a prestação dos serviços.

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia (SR-05), no exercício de 2009, pactuou convênio tendo como conveniada a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental no Estado da Bahia - FUNDESF, objetivando a disponibilização de serviços técnicos especializados de articulação atendendo as 35.493 famílias beneficiadas com o Programa de ATES no âmbito desta Superintendência Regional.

O montante total do convênio é de R$ R$ 5.673.465,40, tendo prazo de execução de nov/2009 a dez/20011. Assim sendo, foram repassados pelo concedente em 2009 recursos da ordem de R$ 2.000.000 (dois milhões de reais), referentes à 1° parcela do convênio.

Para atendimento da meta foi realizado em dezembro de 2009 um estudo que identificou a formação e perfil desejado dos articuladores, resultando em uma proposta de perfil dos técnicos a serem contratados, bem como de critérios para seleção dos mesmos objetivando subsidiar o edital de seleção a ser lançado no inicio do ano de 2010.

IINFORMAÇÕES GERAIS CONVÊNIO ARTICULADORES	
Número convênio	709227/2009
Data de publicação	20/11/2009
Concedente	INCRA SR-05
Convenente	FUNDESF – Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento, Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental no Estado da Bahia
Executora	FUNDESF
Valor concedente	R$ 5.042.054,40
Valor convenente	R$ 631.400,00
Valor global	R$ 5.673.465,40
Período de execução	11/2009 a 12/2011

Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Vinícius Ferreira de Araújo**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
0	2.168.349	2.168.349	100	168.349	8	168.349	8

Fonte: SIAFI

Recursos da ordem de R$2.000.000,00 integralmente empenhados no elemento de despesa 443052 para atendimento de convênio com o Governo do Estado, conforme detalhadamente explanado na Ação 4470 e R$168.348,00 para acompanhamento, fiscalização e suporte do Programa, conforme detalhado abaixo:

Diárias: R$82.329,95

Material de consumo: R$36.885,98

Passagens e locação de veículos: R$16.560,00

Serviços de Pessoa Jurídica: R$32.573,50

2.3.8- Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[9]

[9] Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada ´´Administração da Unidade´´ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.**

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
1.407.218	**3.376.389**	**3.372.389**	**100**	**3.223.077**	**95**	**3.219.396**	**95**

Fonte: SIAFI

Quanto a esse tópico necessário se faz os seguintes esclarecimentos:

A Superintendência Regional da Bahia, juntamente com suas duas Unidades Avançadas (Bom Jesus da Lapa e Itabuna, que não são unidades gestoras), alcançam os 419 municípios do estado e respondem hoje por ações de desenvolvimento para aproximadamente trinta e cinco mil famílias, ações de obtenção para uma demanda mobilizada de vinte e cinco mil famílias, possuímos aproximadamente quinhentos áreas já identificadas como Remanescente de Quilombos, recepcionamos cerca de noventa processos/mês, de Certificação de Imóveis Rurais e atualizamos , em média, 16.554 imóveis rurais no Sistema de Informações Rurais - SIR, para tanto esta Regional demanda infraestrutura física e material cuja evolução dos custos refletem a perseguição da equação qualidade de serviço/melhor custo.

Nesse diapasão, apresentamos proposta orçamentária para o exercício 2009, com estimativa de gastos equivalente a três milhões e cem mil reais, quando da solicitação dos dados para a Programação Operacional.

Naquela oportunidade, por força do teto orçamentário foi apropriado o valor de R$ 1.407.218,00 (Hum milhão quatrocentos e sete mil duzentos e dezoito reais) para a ação comentada, valor esse muito aquém do necessário para atender as despesas contratadas.

A Administração vem aprimorando o seu desempenho institucional, em 2009, esteve voltada não apenas para o cumprimento de metas propostas na Programação Operacional, como para qualidade dos serviços. Para tanto foi essencial a implementação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, melhoria dos processos e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços.

Em 2009, a aplicação dos recursos, referiu-se não somente às despesas com a manutenção das condições de funcionamento da Sede da Superintendência Regional da Bahia e suas Unidades Avançadas, mas, principalmente, proporcionou melhores condições para que as áreas finalísticas desta Regional buscassem o alcance dos objetivos institucionais e cumprimento das metas com a maior eficácia e eficiência, despesas estas que foram realizadas através do cumprimento de contratos firmados em certames licitatórios ou aquisições pontuais.

A Missão da Administração da Unidade é agregar todas as despesas destinadas ao suporte às atividades finalísticas, compreendendo os seguintes serviços:

- de transporte e manutenção de viaturas oficiais;
- de reprografia e gráfica;
- de telecomunicações;
- de limpeza e vigilância;
- de luz, água e esgoto;
- de locação de transporte de cargas e passageiros;
- de protocolo com recepção, registro e entrega de correspondências oficiais;
- de locação de equipamentos;
- de controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas;
- de manutenção e conservação de imóveis próprios da União; cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- de tecnologia da informação,envolvendo ações de suporte e rede;
- de passagens, e ainda, outras despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, mas que são essenciais para a manutenção da máquina administrativa da Superintendência.

Sendo assim, compõem o rol de principais despesas na Ação 2000:

• Manutenção de contratos de terceirização de mão-de-obra de apoio

administrativo;

• Terceirização de serviços de limpeza e conservação;

• Terceirização de serviços de vigilância ostensiva e eletrônica;

• Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos;

• Manutenção e conservação de bens móveis.

Tais despesas constituem 74,18% do total aplicado com origem no PI A0750200040 e Fontes de Recursos 017637002 e 0100000000, acrescido a recursos oriundos dos GAPS vinculados as áreas fins, sendo que a aplicação em serviços terceirizados de mão de obra para atividades de apoio administrativo e operacional (condutores de veículos, suportes de rede e informática) responde por 48,54% do total liquidado, conservação, limpeza e coperagem respondem por 9,47% % do total liquidado, e em vigilância ostensiva e eletrônica respondem por 9,49% do total liquidado.

A adequação dos valores dos gastos garante-se na assertiva de que todos os contratos e despesas supracitados baseiam-se em procedimentos licitatórios nas modalidades: Pregão Eletrônico, Tomada de Preço, Concorrência e Convite. Algumas aquisições ou contratações foram formalizadas legalmente através de Adesão a Atas de Registro de Preços, Dispensa de Licitação/Cotação Eletrônica e Inexigibilidade de Licitação, todas com evidentes indicadores de economicidade para o órgão e comportando valores extremamente vantajosos para a administração pública.

Desta forma, a elevação de despesas em relação ao montante previsto e ao montante utilizado em exercício anterior, fundamenta-se muito mais, na redução do teto orçamentário, que reprimiu a quantificação dos valores reais, do que em ampliação de gastos. Ademais, a implantação de atividades, inéditas em períodos recentes, tais como: a de vigilância eletrônica, projeto idealizado pela Administração com objetivo de garantir o mais adequado sistema de segurança para esta SR , despesas de contratação de condutores de veículos, suporte operacional às atividades finalísticas executados por pessoal especializado . A demanda agregada da Ouvidoria Agrária Nacional e Regional, relativa ao atendimento aos Programas de Suplementação Alimentar e Mediação de Conflitos, que envolveram despesas com: Cestas Básicas, Locação de Caminhões Baús, Passagens e Refeições à trabalhadores Rurais, inserindo também apoio a Delegada Agrária e sua equipe, com locação de veículos e passagens quando em deslocamentos para outros Municípios.

Cumpre-nos ainda observar que os recursos programados não contemplaram despesas efetivadas no exercício nesta ação, a exemplo de; de reajustes de tarifas de serviços essenciais, dissídios coletivos de contratos de prestação de serviços de locação de mão-de-obra etc., culminando com a necessidade de suplementação orçamentária ao final do exercício; destacando-se as questões pontuais e emergenciais que normalmente acontecem pela própria especificidade do Programa de Reforma Agrária.

São ainda importantes componentes da despesa total na fonte supra a locação de imóveis e a aquisição de material de consumo para abastecimento do almoxarifado da SR(05, Unidades Avançadas, escritórios.

A meta desta ação só foi superada, em função do acréscimo orçamentário oriundo de suplementação de recursos, possibilitando atender a demanda administrativa desta Regional, após sinalização de que os recursos programados não seriam suficientes. Da provisão recebida de R$ 3.372.389,00 (três milhões trezentos e setenta e dois mil trezentos e oitenta e nove reais) foram pagos R$ 3.219.396,00 (três milhões duzentos e dezenove mil trezentos e noventa e seis reais.), resultando numa aplicação financeira de 95,35%.

Cabe ainda observar que no intuito de melhoria do espaço físico e oferecimento de melhores condições de trabalho, deu-se continuidade e conclusão de serviços de engenharia na sede da SR, em destaque a reforma do Auditório e Sala de Vídeo Conferencia, que demandaram modificação na estrutura periférica. Foram descentralizados em 2009, cerca de 57.118,03 (cinqüenta e sete mil cento e dezoito reais e três centavos) para investimentos em serviços de reforma interna e externa da sede, e aquisições de máquina fotográficas, aparelhos e utensílios domésticos, aparelhos e equipamentos diversos e mobiliário em geral para uso desta Regional.

A tentativa pela busca de redução de custos de manutenção na área administrativa, apesar das adversidades, tem sido fator determinante desta Administração. Seguindo este caminho, implantamos os seguintes serviços: controle para chamadas de telefonia locais e de longa distância através da aquisição de software tarifador que disponibiliza detalhamento das ligações e os custos por ramais , senhas para bloqueio e desbloqueios de telefones, locação de impressoras com insumos implicando em redução de custo de aquisição de cartuchos e manutenção das máquinas,implantação de limites de impressão por servidor ou colaborador, controle de deslocamento, manutenção e abastecimento de veículos oficiais e/ou locados, via utilização de MV, relatórios de avarias, danos e defeitos, RV - requisição de veículos – abastecimento de viaturas em posto de combustível mediante apresentação de formulário RCL -requisição de combustível e/ou lubrificante, com quantidade expressa em litros autorizado pelo chefe da divisão de Administração e/ou substituto legal.

2.3.9.2 - Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares."

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Sampaio

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A						0%

Fonte: SIR – Módulo Monitoramento

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=g/b)
42.000	1.016.641	1.016.641	100	392.605	39	392.605	39

Fonte: SIAFI

Considerando a importância da informática na atualidade e em parceria com a SEDE, através da identificação dos problemas e demandas crescentes nesta área, buscando-se soluções e adequações para os sistemas informatizados, equipamentos e rede na área suporte/administração, foi priorizado investimento neste setor.

A estruturação do setor de informática foi concebido para viabilizar o processo de aplicação, obtenção, processamento, armazenamento e transmissão de dados, não apenas restrito a equipamentos (hardware), programas (software) e comunicação de dados, mas em ações relativas ao planejamento de informática. A nova estrutura foi montada para resolver os problemas de desempenho das atividades que demandam tecnologia da informação. O setor de informática estruturado constitui o principal instrumento de viabilização das atividades, abrigando um consórcio de soluções para os problemas de comunicação e processamento de dados desta SR. O projeto foi baseado em três eixos centrais: a parte lógica - softwares específicos que não podem ficar sem acesso (banco de dados), a parte estrutural (como rede/internet, servidores, armazenamento de dados e etc) e o suporte aos usuários.

O eixo de inovação e tecnologia foi viabilizado mediante investimentos em máquinas e equipamentos, além da locação de impressoras, que isenta o órgão de substituição de peças, suprimentos e reposição em caso de defeito, assim como menor custo da cópia. Implantamos acesso via wi–fi em todas as áreas, adquirimos servidor com capacidade de armazenamento de arquivos de até seis terabytes, não só para a Bahia mais também para onze outras Regionais, agregamos aproximadamente cento e cinquenta estações de trabalho novas e mais cem notebooks;

Nas ações da Comissão Permanente de Licitação, foram identificadas Atas de Registro de Preço, que viabilizaram a aquisição de equipamentos para complementar e substituir o Parque Tecnológico da Superintendência, cujo custo ficou até 30% abaixo dos praticados no mercado por conta de adesão a outros licitantes e aquisição em escala. O resultado foi tão positivo que em parceria com a Sede, pode-se atender a outras regionais com a transferência física de equipamentos.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Interna	**Concedidos**			0	0	0
	Recebidos	305000	927200890181	4.662,42	0	0
			2112201352272	0	0	492.230,17
			2112201372272	0	0	1.988.086,33
			2112201382272	0	0	5.852,49
			2112207502000	7.528,78	0	3.352.860,81
			2112211204300	0	0	300,00
			2112211204304	0	0	2.887,00
			2112213502272	0	0	28.410,56
			2112214272272	0	0	168.349,43
			2112501382105	0	0	46.611,47
			2112607502003	0	0	190.855,69
			21127013884426	0	0	1.900.000,00
			2112713361642	0	0	19.714,60
			2112801394572	0	0	66.024,27
			2118311204284	0	0	305,68
			2136313508370	0	0	1.328.000,00
			2160614274470	0	0	2.000.000,00
			2163101358374	0	0	2.447.877,57
			2163101358384	0	0	381.342,58
			2163101358387	0	0	1.246.881,91
			2163101372B06	0	0	255.149,12
			216310174358	0	0	30.487,64
			2163101378398	0	0	3.148.487,08
			2163111202109	0	0	1.190.430,63
			2169101374320	0	0	276.161,05
Externa	**Concedidos**			0	0	0
	Recebidos			0	0	0

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**4 - Investimentos**	**5- Inversões Financeiras**	**6 – Outras Despesas de Capital**
Interna	**Concedidos**			0	0	0
	Recebidos	305000	2112201372272	5.009.752,60	0	0
			2112201382272	19.900,00	0	0
			21122075002000	16.000,00	0	0
			2112214272272	2.000.000,00	0	0
			2112607502003	825.785,27	0	0
			2163101354460	0	3.052.413,32	0
			2163101370427	0	41.488.878,00	0
			2163101378396	22.843.128,39	0	0
Externa	**Concedidos**			**0**	**0**	**0**
	Recebidos			**0**	**0**	**0**

Fonte: Siafi

4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	**R$ 46.052.745,36**	**R$ 24.234.850,02**	**R$ 46.052.745,36**	**R$ 34.866.925,88**
Convite	R$ 59.996,08	R$ 91.671,18	R$ 59.996,08	R$ 91.671,18
Tomada de Preços	R$ 5.920.556,92	R$ 2.156.089,42	R$ 5.920.556,92	R$ 2.156.089,42
Concorrência	R$ 29.887.678,26	R$ 21.987.089,42	R$ 29.887.678,26	R$ 21.987.089,42
Pregão	R$ 10.184.514,10	R$ 10.632.075,86	R$ 10.184.514,10	R$ 10.632.075,86
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	**R$ 2.209.289,29**	**R$ 2.209.289,29**	**R$ 2.209.289,29**	**R$ 2.209.289,29**
Dispensa	R$ 1.518.415,46	R$ 1.183.080,25	R$ 1.518.415,46	R$ 1.183.080,25
Inexigibilidade	R$ 690.873,83	R$ 635.178,99	R$ 690.873,83	R$ 635.178,99
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R$ 268.269,10	R$ 187.000,38	R$ 268.269,10	R$ 187.000,38
Pagamento de Pessoal	**R$ 26.586.711,27**	**R$ 16.039.844,07**	**R$ 26.586.711,27**	**R$ 16.039.844,07**
Pagamento em Folha	R$ 25.234.681,00	R$ 14.084,247,00	R$ 25.234.681,00	R$ 14.084,247,00
Diárias	R$ 1.352.030,27	R$ 1.955.597,07	R$ 1.352.030,27	R$ 1.955.597,07
Outros				

Fonte: Siafi

No exercício de 2009 houve redução dos processos licitatórios para aquisição de bens de consumo duráveis. As aquisições de equipamentos e outros bens móveis para Unidade foram significativas em função de adesões de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos da Esfera Federal. A otimização desses processos resultou em planejamento e economicidade dos recursos públicos.

Um dos fatores decisivos para o planejamento das compras desta Superintendência é a otimização dos recursos materiais estocados no almoxarifado. Através da realização de Pregão no Sistema de Registro de Preço dispomos de uma

ATA que permite a aquisição de materiais de consumo suficientes para atender a demanda imediata (90 dias),com a garantia da manutenção dos preços por 365 dias, refletindo em economicidade e melhoria do espaço físico que pode ser direcionado para outros fins .

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	**8.194,39**	**8.191,20**		**8.191,20**				
8	8.194,39	8.191,20		8.191,20				
2 – Juros e Encargos da Dívida		**29.021.375,35**		**28.844.502,27**				
21		28.359.469,97		28.202.418,10				
22		661.905,38		642.084,17				
3- Outras Despesas Correntes	**29.249.603,66**	**20.635.663,37**	**29.275.674,45**	**14.108.143,88**	**6.281.154,60**	**6.649.316,83**	**17.708.355,61**	**13.484.020,75**
14	1.350.332,58	1.955.597,01	1.349.052,16	1.955.597,01			1.349.052,16	1.954.161,03
30	2.163.780,71	1.195.989,51	2.163.626,42	833.389,34		362.600,17	1.957.114,82	833.389,34
33		2.786.465,14		2.774.105,94		123.589,20		2.774.105,94
36	27.505,50	93.196,70	27.505,50	93.196,70			25.905,50	93.196,70
37	1.293.763,31	2.320.857,31	1.293.763,31	2.266.010,27	107.815,68	54.847,04	1.180.747,63	2.266.010,27
39	7.840.237,53	6.956.226,72	7.840.237,53	2.992.263,64	3.257.701,92	3.974.530,42	2.455.259,73	2.660.572,60
41	16.487.002,17	5.317.489,87	16.487.002,17	3.183.739,87	2.915.637,00	2.133.750,00	10.743.593,17	2.902.489,87
47	54.636,00	95,00	54.636,00	95,00			22.588,10	95,00
92	13.177,92	9.746,11	13.177,92	9.746,11			13.177,92	9.746,11
93	46.673,44	19.972,72	46.673,44	19.972,72			46.673,44	19.972,72

Fonte: Siafi

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	**34.139.297,39**	**30.714.566,26**	**34.139.297,39**	**23.107.300,94**			**6.237.753,26**	**7.622.900,11**
41	390.140,00		390.140,00				390.140,00	
51	32.560.404,01	22.843.128,39	32.560.404,01	22.843.128,39			4.789.339,86	7.358.727,56
52	1.188.753,38	7.871.437,87	1.188.753,38	264.172,55			1.058.273,40	264.172,55
5 - Inversões Financeiras	**119.812.289,79**	**44.545.291,32**	**119.812.289,79**	**24.886.067,78**			**42.677.114,39**	**24.886.067,78**
61	1.908.709,79	3.052.413,32	1.908.709,79	2.655.367,78			1.340.514,39	2.655.367,78
66	117.903.580,00	41.488.878,00	117.903.580,00	22.230.700,00			41.336.600,00	22.230.700,00

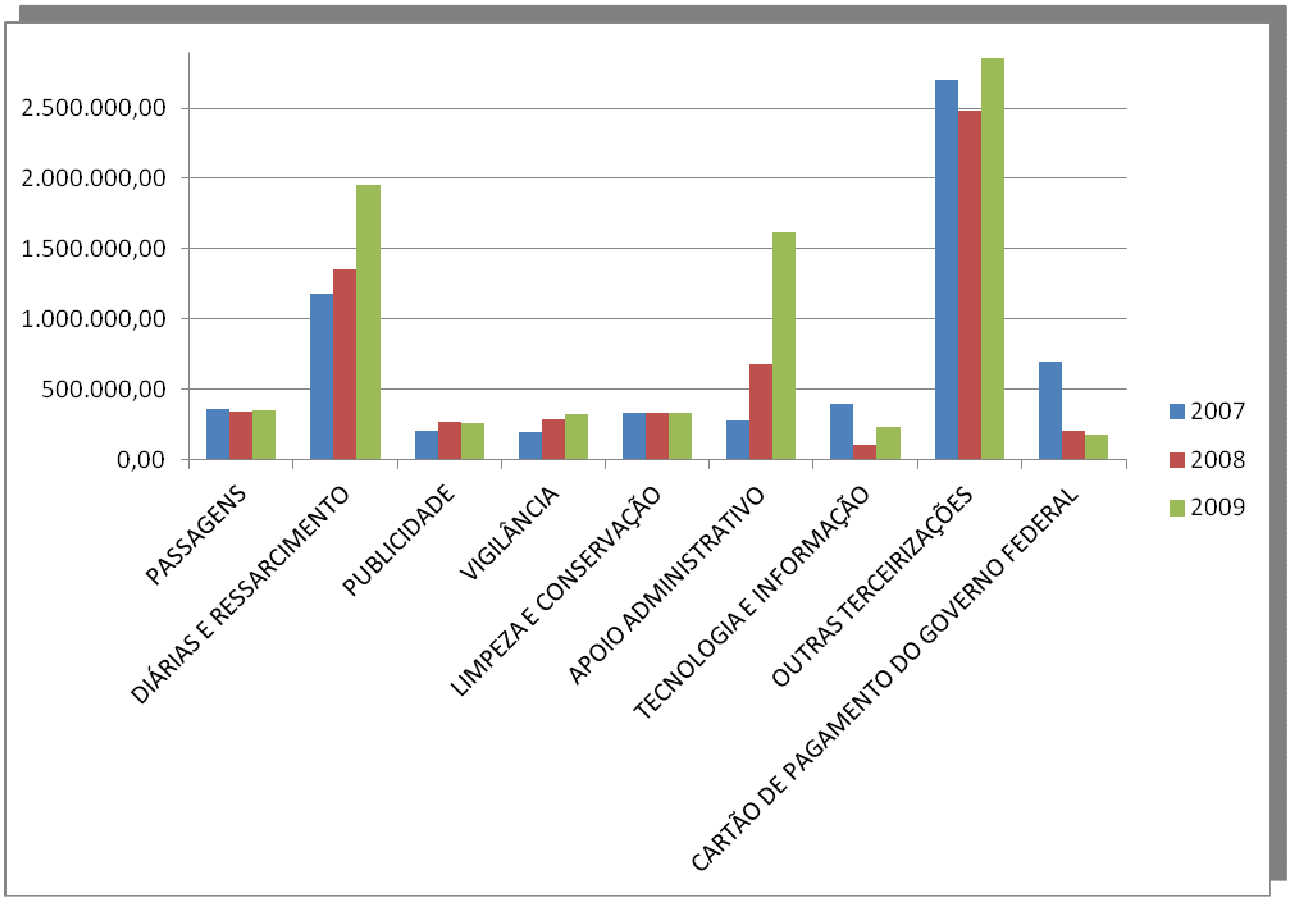
Fonte: Siafi

Em 24/04/2009 houve a publicação do Decreto 6.808/09 que reduziu o orçamento desta autarquia, refletindo diretamente no orçamento da Superintendência Regional do Incra na Bahia, que teve uma redução global de 3% em seu orçamento. Algumas Ações tiveram maior impacto nesta redução, o que prejudicou o cumprimento das metas que já estavam devidamente programadas. Por outro lado, foi possível executar algumas Ações com orçamento superior ao programado, devido ao remanejamento orçamentário entre superintendências regionais já no final do exercício. Superintendências que não tiveram capacidade de execução de seu orçamento previsto, cederam recursos para outras superintendências que superaram sua capacidade de execução orçamentária prevista.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
PASSAGENS	357.185,46	343.450,24	347.009,84
DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	1.181.365,14	1.350.332,58	1.955.597,07
PUBLICIDADE	209.500,00	267.216,53	259.520,71
VIGILÂNCIA	196.354,97	282.774,89	319.157,64
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	330.830,91	335.219,66	333.056,04
APOIO ADMINISTRATIVO	282.082,71	675.768,76	1.613.796,59
TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO	398.119,68	101.324,79	232.103,37
OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	2.704.663,22	2.481.771,23	2.856.814,70
CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	694.854,72	202.218,94	179.708,46
TOTAIS	6.354.956,81	6.040.077,62	8.096.764,42

Fonte: SIAFI



Um dos problemas enfrentados pela Administração Pública, na busca de uma maior eficiência no atendimento das suas funções, é a redução de custos, que parece ser um obstáculo intransponível. É preciso se pensar em um novo modelo de administração pública que atenda aos anseios sociais, ao mesmo tempo em que garanta ao Estado o cumprimento de suas funções essenciais.

Múltiplas e diversificadas são as variantes desse processo de reforma administrativa, mas alguns objetivos são gerais e podem ser resumidos a uma só proposta: aumentar a capacidade administrativa do Estado, limitando sua atuação às funções tidas como próprias e aliando-as a formas alternativas de atendimento das outras funções, consideradas como de caráter acessório.

Terceirização é um método de gestão em que uma pessoa jurídica pública transfere, a partir de uma relação marcada por mútua colaboração, a prestação de serviços ou fornecimento de bens a terceiros estranhos aos seus quadros. Portanto, a terceirização é uma das formas de inserção do particular na prestação do serviço público, que se faz por meio de contrato administrativo. O terceiro é um mero executor material, destituído de qualquer prerrogativa com o Poder Público. Portanto, é importante frisar que não se trata de gestão do serviço público, mas sim de uma mera prestação de serviços.

O Decreto nº. 2.271/97, que regulamenta a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, estabelece, em seu artigo 1º, que podem ser executadas indiretamente as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. E em seu parágrafo 1º, traz o rol das atividades que poderão ser transferidas, quais sejam: os serviços de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transporte, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações, manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

As terceirizações ocupam lugar de destaque na evolução de gastos gerais nesta Superintendência, para melhor atingir a finalidade pública da Instituição, no entanto, sem se afastar das funções que lhe foram legalmente atribuídas. Cabe destacar que ao longo deste três anos, apesar do ingresso de novos servidores no Órgão, a maioria foi alocada nas áreas finalísticas, ficando a área administrativa desprovida de contingente para execução de atividades de suporte administrativo, sendo necessária a contratação de mão de obra para apoio as atividades da administração. Outras terceirizações que compõe a evolução dos gastos gerais são referentes a contratação de motoristas para atendimento da demanda da área finalística, bem como contratações direcionadas para elaboração de peças técnicas para licenciamento ambiental e georreferenciamento.

Em relação aos valores com o cartão de gastos do governo federal (suprimento de fundos) houve uma redução em 2008 de 343,62 % e 2009 de 387,30% em relação a 2007.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3 Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	**Lotação Efetiva**	**Lotação Autorizada**	**Lotação Ideal**
Estatutários	219	221	
Próprios	219	221	
Requisitados	0		
Celetistas	0		
Cargos de livre provimento	06	06	
Estatutários	06	06	
Não Estatutários			
Terceirizados	94		
Total	313		

Fonte: RH

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	**Qtd.**	**Vencimentos e vantagens fixas**	**Retribuições**	**Gratificações**	**Adicionais**	**Indenizações**
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	221	3.515.056,54	204.743,26	6.863.637,64	372.620,49	
2008	230	5.311.971,29	251.821,73	7.801.633,85	619.543,15	
2009	219	7.872.146,91	265.905,65	4.933.056,00	844.692,40	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007			124.294,84			
2008			169.362,72			
2009			168.447,84			
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						

Fonte: RH Sede

QUADRO TERCEIRIZADO								
	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
Finalidade	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	35	414.012,72	14	260.384,04	26	437.041,92	17	
2008	30	687.694,92	30	538.426,56	12	137.623,25	22	-
2009	32	813.536,70	35	738.163,36	27	1.000.867,20	22	-

Fonte: Div. Adm

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
33.90.37	CRT/BA 05/2006	ALTERNATIVA(32.627.366/0001-81)	15/5/2006	15/05/2010	27	20			P
33.90.37	CRT/BA 11/2009	Guardesecure(42.035.097/0001-18))	27/07/2009	26/07/2010	10	10			A
33.90.37	CTT/BA 004/2008	CRETA(04.374.998/0001-45)	15/4/2008	14/04/2010	25	35			P
33.90.37	CRT/BA 039/2008	SERMA(00.403.982/0001-62)	5/12/2008	05/04/2010	18	18			P
33.90.37	CRT/BA 005/2008	Esuta(63.363.725/0001-64)	15/4/2008	14/04/2010	02	2			P
33.90.37	CRT/BA 09/2009	Contactos(13.218.763/0001-55)	14/5/2009	14/05/2010	03	03	04	04	A
Observação:									

Fonte: Div. Adm

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Os indicadores gerenciais sobre recursos humanos são formados pelo Órgão Central de RH do Incra, a nível nacional.

Esta SR, quando ampliar a equipe de RH com pessoal especializado na área de recursos humanos, pretende construir indicadores gerenciais, a nível regional.

Contudo, foi realizado em 2009 nesta Regional um levantamento sobre a qualidade de vida no trabalho, conforme gráficos constantes nas páginas 94-95.

O setor de Assistência ao servidor conta, atualmente, com um servidor e dois terceirizados. A servidora com cargo de Assistente Social que atuava neste setor foi removida ex-officio para outra Regional.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Em todas as gerências da Superintendência é constante a queixa sobre a insuficiência de recursos humanos, principalmente no que diz respeito aos profissionais com habilitação em campos específicos, o que prejudica sensivelmente consecução de algumas metas estabelecidas.

Existe uma maior carência de profissionais especializados nas áreas finalísticas, notadamente habilitados nas áreas de engenharia (civil, agrimensura, cartográfica, topografia). Destes dependem a elaboração de projetos básicos, fiscalização e acompanhamento de obras de infraestrutura e das concessões de crédito habitação, em todos os 630 assentamentos, espalhados em 419 municípios. Não contamos, no momento com servidor com cargo efetivo de Engenheiro Civil.

Na área-meio precisa-se com urgência de profissionais da área de contabilidade (técnicos e contadores), necessários para a realização da análise de centenas de processos de prestação de contas. Contamos, hoje com apenas um servidor com o cargo efetivo de Contador, e que já está apto para aposentadoria. Na área de serviço social, a única servidora que atuava nesta área, prestando assistência as servidores e familiares, acompanhando o comportamento e orientando-os em diversos momentos críticos, foi removida ex-ofício para outra SR. Lembramos que muitos dos documentos oficiais específicos de cada área só podem ser assinados pelos habilitados.

Nas áreas finalísticas verifica-se uma notável troca de experiência entre servidores antigos e novos, colaboradores e parceiros, são verdadeiras oficinas de trabalho.

Ressaltamos, ainda, a existência de servidores que se graduaram durante o tempo de serviço, porém detém cargos efetivos de nível médio, na tabela antiga do Incra. Estes auxiliam em tarefas específicas, mas não podem emitir nenhum documento técnico. São servidores que já atingiram a última classe/padrão e são motivados pelo prazer em trabalhar, pela valorização recebida dos seus coordenadores e pela perspectiva de avaliação da Gratificação de Desempenho.

É preocupante também a quantidade de servidores com requisitos preenchidos para a aposentadoria. São mais de 40 servidores que podem se aposentar a qualquer momento. Então, urgem providências para a renovação do quadro de pessoal.

Nota-se que a relação entre os terceirizados e “servidores da casa” é satisfatória. Embora haja grande diferença entre as remunerações dos efetivos e colaboradores, não há constrangimento. Os terceirizados dizem ser gratificados pela grande experiência recebida.

As oficinas de trabalho realizadas em 2008 e 2009 envolvendo “toda a casa” tiveram resultados positivos, na aproximação de todos os servidores (novos e antigos), colaboradores, no conhecimento da instituição e na apresentação das dificuldades e problemas vistos por cada um.

Apesar do grande esforço, dedicação, interesse e desempenho da maioria de servidores, e das medidas adotadas pela Divisão de Administração para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, nota-se ainda uma pequena desmotivação por parte de alguns.

É evidente que mister se faz, com urgência, um levantamento atualizado da força de trabalho ideal, com o fim de atender as demandas crescentes de obtenção de imóveis rurais e assentamentos.

O plano de capacitação dos servidores da SR está subordinado ao Plano Nacional de Capacitação do INCRA. Contudo, paralelamente, a SR vem procurando realizar treinamentos, onde os instrutores são os mais experientes em cada área de atuação.

Esperamos que, em um futuro próximo, consigamos implantar, juntamente com o órgão central de RH, uma política de recursos humanos, que vise maior satisfação no trabalho.

Em 2004, foi instituído o Plano de Carreiras e Cargos do Incra, com ele a criação das Gratificações de Desempenho. Este Plano vem sofrendo alterações, para melhor atender às reivindicações dos servidores, através das entidades de classe, e tornar mais justos os critérios da política de remuneração.

É do nosso conhecimento que as ações trabalhistas desta SR vem acontecendo no Juizado Especial, relativas ao desconto do PSS sobre 1/3 de férias, ao auxílio-alimentação descontado no gozo de férias, e na Justiça Federal, sobre o pagamento da diferença da GDATA e GDARA de servidores aposentados. Ainda tramitam nas diversas instâncias o processo sobre o pagamento da diferença dos 28,86% e dos 3,17%.

4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte: Siafi

A Superintendência Regional do Incra na Bahia não possui reconhecimentos de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5 Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	54.444.384,88		828.480,20	53.615.904,68
2007				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	54.552.200,56		1.514.480,20	53.037.720,36
2007				
...				

Observações:

Os valores inscritos em Restos a Pagar são oriundos de convênios, serviços topográficos, educação no campo, obras de infra-estrutura e crédito instalação.

Muitos dos contratos foram assinados no segundo semestre do exercício, o que gera esticamento da execução dos serviços para o próximo exercício. Outras liberações de recursos financeiros dependem do cronograma de execução e da aprovação das prestações de contas.

Quanto ao crédito-instalação, mais precisamente o crédito-habitação, que absorve o maior volume dos recursos inscritos, a liquidação está condicionada à realização de uma série de ações indispensáveis, ou seja a orientação técnica inicial, acompanhamento e fiscalização. Existe uma carência muito grande de pessoal para alcançar as mais de 35 mil famílias beneficiadas, sem contar com insuficiente número de veículos e equipamentos de informática.

Outro fator relevante é a dependência do cronograma de desembolso de recursos financeiros por parte da União.

Fonte: Siafi

.

6 Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS - ADIMPLENTE

Tipo	IDENTIF	CONVENENTE	Valor Pactuado	Contrapartida	REP ATÉ EXERCÍCIO	REP NO EXEERCÍCIO	Início da Vigência	Fim da Vigência	Situação do Convênio
1	542983	40.633.554.0001/40	1.512.000,00	72.000,00	1.100.000,00		28/DEZ/2005	18/MAR/2010	ADIMPLENTE
1	581706	05.347.002.0001/75	2.479.348,00	24.584,00	1.050.000,00	40.000,00	29/DEZ/2006	30/abr/10	ADIMPLENTE
1	595221	13.937.032.0001/60	8.800.000,00	800.000,00	5.514.574,00		22/OUT/2007	14/out/10	ADIMPLENTE
1	627625	13.937.032.0001/60	124.765.387,88	71.179.800,88	8.744.547,00	2.300.000,00	03/JUL/2008	31/DEZ/2011	ADIMPLENTE
1	638501	14.485.841.0001/40	1.798.520,00	17.985,20	-		29/DEZ/2008	31/DEZ/2011	ADIMPLENTE
1	638511	04.462.850.0001/62	1.890.000,00	90.000,00	1.113.000,00	663.000,00	29/DEZ/2008	31/DEZ/2011	ADIMPLENTE
1	638533	05.871.362.0001/71	620.000,00	20.000,00	300.000,00		15/DEZ/2008	14/DEZ/2010	ADIMPLENTE
1	638538	05.871.362.0001/71	331.000,00	99.300,00	97.000,00		15/DEZ/2008	14/DEZ/2010	ADIMPLENTE
1	488978	40.633.554.0001/40	1.537.772,00	60.000,00	1.477.772,00	277.772,00	22/DEZ/2003	31/dez/09	ADIMPLENTE
1	511829	40.633.554.0001/40	1.424.237,00	64.237,00	1.360.000,00		21/OUT/2004	21/JAN/2009	ADIMPLENTE
1	518013	04.462.850.0001/62	945.313,16	45.313,16	893.440,00		28/DEZ/2004	01/JAN/2008	ADIMPLENTE
1	518014	40.738.999.0001/95	478.180,00	28.180,00	450.000,00		31/DEZ/2004	3/jul/09	ADIMPLENTE
1	518045	04.462.850.0001/62	1.269.673,32	65.430,00	1.196.385,76		28/DEZ/2004	31/DEZ/2006	ADIMPLENTE
1	538789	04.462.850.0001/62	560.555,00	26.291,00	526.264,00		27/DEZ/2005	30/DEZ/2008	ADIMPLENTE
1	581046	05.667.917.0001/68	110.486,70	15.240,00	95.246,60		29/DEZ/2006	30/ABR/2008	ADIMPLENTE
1	615431	05.871.362.0001/71	557.375,00	29.350,00	528.025,00		31/DEZ/2007	25/set/09	ADIMPLENTE

1	538734	01.788.653.0001/40	2.530.647,00	230.058,83	2.300.587,17		20/DEZ/2005	08/NOV/2008	ADIMPLENTE
1	615188	05.347.002.0001/75	524.664,00	24.984,00	499.680,00		28/DEZ/2007	29/JUL/2009	ADIMPLENTE
1	618985	71.381.810.0001/66	524.664,00	24.984,00	499.680,00		28/DEZ/2007	29/JUL/2009	ADIMPLENTE
1	638488	40.633.554.0001/40	367.539,07	9.579,59	447.449,35	89.489,87	01/DEZ/2008	21/MAR/2010	ADIMPLENTE
1	709227	40.633.554.0001/40	5.673.465,40	631.400,00	2.000.000,00	2.000.000,00	18/11/09	31/12/2011	ADIMPLENTE
1	718425	04.685.215.0001/44	247.995,00	44.530,00			4/12/2009	4/12/2010	ADIMPLENTE
	TOTAL		**158.948.822,53**	**73.603.247,66**	**30.193.650,88**	**5.370.261,87**			

QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS - INADIMPLENTE

Tipo	IDENTIF	CONVENENTE	Valor Pactuado	Contrapartida	REP ATÉ EXERCÍCIO	REP NO EXEERCÍCIO	Início da Vigência	Fim da Vigência	Situação do Convênio
1	580895	03.587.004.0001/06	1.125.974,16	53.631,48	933.827,68		29/DEZ/2006	31/DEZ/2008	INADIMPLENTE
1	538756	03.256.366.0001/14	6.468.341,47	588.031,06	4.736.552,54		20/DEZ/2005	20/NOV/2008	INADIMPLENTE
1	518031	40.633.554.0001/40	2.520.000,00	120.000,00	2.400.000,00		29/DEZ/2004	30/set/09	INADIMPLENTE
1	542984	40.633.554.0001/40	1.761.752,47	132.268,41	1.629.484,05		28/DEZ/2005	30/jun/09	INADIMPLENTE
1	543041	07.381.810.0001/66	1.260.000,00	60.000,00	1.200.000,00		29/DEZ/2005	02/ABR/2008	INADIMPLENTE
1	517435	01.855.986.0001/44	721.734,04	65.612,19	656.121,85		16/DEZ/2004	28/AGO/2008	INADIMPLENTE
1	538773	05.656.150.0001/71	526.969,53	47.906,32	479.063,21		22/DEZ/2005	20/ABR/2009	INADIMPLENTE
1	568246	07.381.810.0001/66	1.059.472,00	159.600,00	899.872,00		14/SET/2006	11/ABR/2008	INADIMPLENTE
1	418275	03.551.635.0001/75	989.357,80	47.121,80	942.236,00		24/AGO/2001	30/SET/2006	INADIMPLENTE
1	425101	04.282.326.0001/00	106.143,00	5.280,00	100.863,00		29/NOV/2001	28/FEV/2002	INADIMPLENTE

1	517696	42.187.130.0001/22	4.410.210,60	400.928,24	1.851.599,78		28/DEZ/2004	01/JAN/2008	INADIMPLENTE
1	353988	13.761.697.0001/65	461.967,11	23.098,36	438.868,75		18/JUN/1998	31/DEZ/1998	INADIMPLENTE
1	490735	00.591.192.0001/58	26.752,00	2.432,00	24.320,00		18/DEZ/2003	15/JUN/2004	INADIMPLENTE
1	540994	13.894.902.0001/60	239.203,56	11.960,18	227.243,38		28/DEZ/2005	21/JAN/2007	INADIMPLENTE
1	327326	13.658.158.0001/03	772.084,00	51.813,00	720.271,00		23/OUT/1997	23/MAR/1998	INADIMPLENTE
1	352605	14.222.566.0001/72	734.742,87	73.474,29	661.268,58		03/JUL/1998	31/DEZ/1998	INADIMPLENTE
1	375250	02.257.655.0001/75	3.536.400,00	-	1.536.000,00		18/nov/99	8/abr/01	INADIMPLENTE
1	353995	16.233.439.0001/02	254.000,00	50.800,00			18/JUN/1998	31/DEZ/1998	INADIMPLENTE
1	355779	13.658.158.0001/03	91.434,54	9.143,45			18/JUN/1999	31/Dez/1998	INADIMPLENTE
1	538782	04.462.850.0001/62	567.000,00	27.000,00	540.000,00		27/dez/05	26/nov/08	INADIMPLENTE
TOTAL			**27.633.539,15**	**1.930.100,78**	**19.977.591,82**	**-**			

QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS - CONCLUÍDO

Tipo	IDENTIF	CONVENENTE	Valor Pactuado	Contrapartida	REP ATÉ EXERCÍCIO	REP NO EXEERCÍCIO	Início da Vigência	Fim da Vigência	Situação do Convênio
1	543024	71.381.810.0001/66	1.323.000,00	63.000,00			28/DEZ/2005	31/AGO/2009	CONCLUIDO
1	489012	14.645.162.0001/91	413.476,80	37.588,80			18/DEZ/2003	10/JUN/2006	CONCLUIDO
1	543612	40.633.554.0001/40	440.000,00	40.000,00			30/DEZ/2005	31/OUT/2007	CONCLUIDO
1	518015	40.633.554.0001/40	1.842.750,00	87.750,00			29/DEZ/2004	16/ABR/2009	CONCLUIDO
1	503384	40.633.554.0001/40	945.000,00	45.000,00			29/JUN/2004	31/DEZ/2008	CONCLUIDO
1	527681	40.633.554.0001/40	353.257,30	32.114,30			18/OUT/2005	25/MAI/2007	CONCLUIDO

1	*580897*	*06.096.613.0001/50*	*152.643,10*	*7.269,00*			*29/DEZ/2006*	*26/SET/2008*	*CONCLUIDO*
1	*615422*	*05.347.002.0001/75*	*459.554,90*	*22.995,50*			*28/DEZ/2007*	*29/JUN/2009*	*CONCLUIDO*
1	*618983*	*32.210.650.0001/58*	*38.945,26*	*1.571,50*			*31/DEZ/2007*	*21/FEV/2009*	*CONCLUIDO*
1	*618984*	*40.633.554.0001/41*	*191.595,93*	*7.741,25*			*31/DEZ/2007*	*31/MAR/2009*	*CONCLUIDO*
1	*518136*	*42.018.713.0001/22*	*93.280,00*	*8.480,00*			*29/DEZ/2004*	*07/ABR/2007*	*CONCLUIDO*
1	*543627*	*03.134.728.0001/02*	*88.000,00*	*19.000,00*			*30/DEZ/2005*	*30/DEZ/2006*	*CONCLUIDO*
1	*541006*	*13.831.441.0001/87*	*816.976,23*	*735.278,61*			*28/Dez/2005*	*21/abr/07*	*CONCLUIDO*
1	*517639*	*15.243.363.0001/25*	*5.202.265,29*	*472.933,21*			*28/Dez/2004*	*7/mar/09*	*CONCLUIDO*
1	*517450*	*42.018.713.0001/22*	*302.940,00*	*27.540,00*			*20/dez/04*	*13/jan/07*	*CONCLUIDO*
1	*540994*	*13.894.902.0001/60*	*239.203,56*	*11.960,18*			*28/dez/05*	*21/jan/07*	*CONCLUIDO*
1	*488946*	*01.250.754.0001/62*	*357.079,85*	*32.461,85*			*17/dez/03*	*10/out/05*	*CONCLUIDO*
1	*543629*	*13.828.397.0001/56*	*290.013,07*	*290.013,07*			*28/Dez/2005*	*31/dez/06*	*CONCLUIDO*
1	*543611*	*13.606.702.0001/65*	*497.378,70*	*49.737,87*			*30/Dez/2005*	*23/abr/07*	*CONCLUIDO*
TOTAL			**14.047.359,99**	**1.992.435,14**	**-**	**-**			

A COMPROVAR

SIAFI	CRT	Nº.Proc	OFÍCIO	PARCELA	Vlr Acomprovar	Inicio da Vingencia	Fim da Vingencia	Convenente	Objeto	Vlr.Pacutado	Contrapartida
488978	013/2003	54160.003146/2003-54	2420	5ª	277.772,00	22/12/03	31/12/09	FUNDESF	PRONERA	1.537.772,00	60.000,00
638488	003/2008	54160.006025/2008-79	2420	1ª,2ª	447.449,35	01/12/08	30/9/09	FUNDESF	TerraSol 3	367.539,07	9.759,59
518031	0021/2004	54160.005365/2004-55	2420	5ª	464.000,00	29/12/04	300/9/2009	FUNDESF	PRONERA	2.520.000,00	120.000,00
542983	010/2005	54160.005047/2005-79	2420	3ª4	521.250,00	28/12/05	18/3/10	FUNDESF	PRONERA	1.512.000,00	72.000,00
538773	011/2005	54160.005578/2005-61	2678	3ª,4ª,5ª	310.175,46	22/12/05	20/4/09	IMT	ASS.TEC	526.969,53	47.906,32
615431	006/2007	54160.005368/2007-35		2ª	390.140,00	31/12/07	28/9/09	FLORESTA	LINC AMB	557.375,00	29.350,00
627625	001/2008	54160.002908/2008-18		1ª,2ª	8.744.547,00	03/07/08	31/12/11	ESTADO	REF.AGRA	124.765.387,88	71.179.800,88
638511	002/2008	54160.006024/2008-24		2ª	450.000,00	29/12/08	31/12/11	FADCT	ENFERMAGEM	1.890.000,00	90.000,00
638533	005/2008	54160.006023/2008-80		1ª	300.000,00	15/12/08	14/12/10	FLORESTA	REC.AMB	620.000,00	20.000,00
638538	004/2008	54160.006022/2008-35		1ª	97.000,00	15/12/08	14/12/10	FLORESTA	LINC AMB	331.000,00	99.300,00
581706	007/2006	54160.006605/2006-02		2ª,3ª	900.000,00	29/12/06	30/11/12	FASEC	PRONERA	2.544.800,00	90.000,00
595221	001/2007	54160.004108/2007-42		1ª,2ª	5.514.574,00	22/10/07	16/10/09	ESTADO	INFRA EST	8.800.000,00	800.000,00
615188	003/2007	54160.004817/2007-28	3188	1ª,2ª	499.680,00	28/12/07	29/7/09	FASEC	RTI	524.664,00	24.984,00
TOTAL					**18.916.587,81**					**146.497.507,48**	**72.643.100,79**

SITUAÇÃO A APROVAR

SIAFI	CRT	Nº.Proc	PARCELA	Vlr Aprovar	Inicio da Ving	Fim da Ving	Convenent	Objeto	Vlr.Pacutado	Contrapartida	QT.DIAS VENC	Analis	Meta Fisica	DILIGENC
488978	013/2003	54160.003146/2003-54	4ª	300.000,00	22/12/03	31/12/09	FUNDESF	PRONERA	1.537.772,00	60.000,00	71	sim	Em exec.	Diligência
511829	005/2004	54160.001.392/2004-52	3ª,4ª,5ª	455.000,00	21/09/2004	21/01/09	FUNDESF	PRONERA	1.427.237,00	64.237,00	415	sim	Em exec	RESPOND
517435	008/2004	54160.004198/2004-29	5ª,6ª,7ª	389.859,60	16/12?2008	28/08/08	FATRES	ATES	721.734,04	65.612,19	561	sim	Em exec	SIM
518013	17/2004	54160.005295/2004-39	1ª, 2ª	893.440,00	28/12/04	06/01/08	FADCT	PRONERA	945.313,16	45.313,16	796	sim	Em exec	RESPOND
518014	020/2004	54160.005.363/2004-60	4ª, 5ª ,6ª	208.177,00	31/12/04	03/07/09	FUNDESF	PRONERA	478.180,00	28.180,00	252	sim	Em exec	x
518045	18/2004	54160.005296/2004-83	1ª, 2ª	1.196.385,76	28/12/04	31/12/06	FADCT	PRONERA	1.269.673,32	65.430,00	1167	sim	Em exec	RESPOND
538734	002/2005	54160.005107/2005-83	2ª,3ª,4ª,5ª	2.065.744,04	20/12/05	08/11/08	COOTEBA	ASS.TEC	2.530.647,00	230.058,83	489	sim	Em exec	SIM
538773	001/2005	54160.005578/2005-61	1ª, 2ª	168.887,75	22/12/05	24/04/09	IMT	ATES	526.969,53	47.906,32	322	sim	Em exec	SIM
538782	003/2005	54160.004059/2005-86	2ª,3ª	350.640,00	27/12/05	26/11/08	FADCT	PRONERA	567.000,00	27.000,00	471	sim	Em exec	SIM
538789	012/2005	54160.006922/2005-30	3ª	169.688,00	27/12/05	30/12/08	FADCT	PRONERA	560.555,00	26.291,00	1536	sim	Em exec	SIM
542984	014/2005	54160.006663/2005-47	1ª, 2ª,3ª,4ª	798.262,84	28/12/05	30/06/09	FUNDESF	ATES	1.761.752,47	132.268,41	255	sim	Em exec	SIM
543041	13/2005	54160.006925/2005-73	3ª	150.000,00	29/12/05	02/04/08	FAPEC	PRONERA	1.260.000,00	60.000,00	709	sim	Em exec	RESPOND
568246	001/2006	54160.001014/2006-31	2ª	352.404,00	14/09/06	11/04/08	FAPEC	FUNDIARIA	1.059.472,00	159.600,00	700	sim	Em exec	SIM
580895	004/2006	54160.002032/2006-32	1ª	214.810,68	29/12/06	31/12/08	COLMEIA	ATES	1.125.974,16	53.631,48	436	sim	Em exec	SIM
581046	008/2006	54160.005111?2006-01	1ª,2ª	95.246,60	29/12/06	30/04/08	PRESERVA	LESG AMB	110.486,70	15.240,00	681	sim	Em exec	SIM
542983	0010/2005	54160.005047/2005-79	1ª, 2ª	850.000,00	29/12/05	18/03/10	FUNDESF	PRONERA	1.512.000,00	72.000,00	NÃO	sim	Em exec	x
538756	004/2005	54160.00375?2005-31	3ª,4ª	2.654.215,74	20/12/05	20/11/08	CACTUS	ATES	6.468.341,47	588.031,06	477	sim	Em exec	SIM
580894	003/2006	54160.001695/2006-18	1ª	566.823,72	29/12/06	27/07/09	IRPA	CAPACITA	623.507,60	56.683,00	228	sim	Em exec	x

581706	*007/2006*	*54160.006605/2006-02*	*1ª*	*150.000,00*	*29/12/06*	*30/11/12*	*FASEC*	*PRONERA*	*1.890.000,00*	*90.000,00*	*NÃO*	*sim*	*Em exec*	*x*
618985	*0007/2007*	*54160.005525/2007*	*1ª e 2ª*	*499.680,00*	*28/12/07*	*29/07/09*	*FAPEC*	*REL.TEC*	*524.664,00*	*24.984,00*	*226*	*sim*	*Em exec*	*x*
638511	*002/2008*	*54160.006024/2008-24*	*1ª*	*450.000,00*	*29/12/08*	*31/12/11*	*FADCT*	*ENFERMAGEM*	*1.890.000,00*	*90.000,00*	*NÃO*	*sim*	*Em exec*	*x*
TOTAL				***12.979.265,73***					***28.791.279,45***	***2.002.466,45***				

Parcelas Analisadas e Aprovadas

SIAFI	NOME	CRT/BA	PROCESSO	VALOR REPASSE	CONTRAPARTIDA	TOTAL	PARCELAS APROVADAS
488946	PANGEA	00004/2003	54160.002392/2003-99	324.618,00	32.461,85	357.079,85	1
488978	FUNDESF	00013/2003	54160.003146/2003-54	1.477.772,00	60.000,00	1.537.772,00	1,2,3
511829	FUNDESF	0005/2004	54160.001392/2004-52	2.560.385,39	365.870,00	2.926.255,39	1,2
517435	FATRES	00008/2004	54160.004198/2004-29	656.121,85	65.612,19	721.734,04	1,2,3
517696	CCABA	00013/2004	54160.004110/2004-79	4.009.282,36	400.928,24	4.410.210,60	1
518014	FUNDESF	00020/2004	54160.005363/2004-60	450.000,00	28.180,00	478.180,00	1,2,3
518031	FUNDESF	00021/2004	54160.005365/2004-55	2.400.000,00	120.000,00	2.520.000,00	1,2,3,4
538734	COTEBA	00002/2005	54160.005107/2005-83	2.300.588,17	230.058,83	2.530.647,00	1
538789	FADCT	00012/2005	54160.006922/2005-30	534.264,00	26.291,00	560.555,00	1,2
543041	FAPEC	00013/2005	54160.006925/2005-73	1.200.000,00	60.000,00	1.260.000,00	1
615431	INST.FLORESTA	0006/2007	54160.005368/2007-35	528.025,00	29.350,00	557.375,00	1
517450	CCABA	00007/2004	54160.004110/2004-79	275.400,00	27.540,00	302.940,00	1,2
517639	FETAG	00014/2004	54160.005085/2004-41	4.729.332,08	472.933,21	5.202.265,29	1,2,3,4,5,6,7
517695	PANGEA	00006/2004	54160.004395/2004-48	1.859.266,50	185.926,65	2.045.193,15	1,2,3,4,5,6,7
518015	FUNDESF	00019/2004	54160.005364/2004-12	1.755.000,00	87.750,00	1.842.750,00	1,2,3,4,5
518136	CCABA	00016/2004	54160.005245/2004-51	84.800,00	8.480,00	93.280,00	1,2

527681	FUNDESF	00001/2005	54160.003030/2005-87	321.143,00	32.114,30	353.257,30	1,2
540994	PREF.IRAMAIA	00009/2005	54160.006529/2005-46	227.243,38	11.960,18	239.203,56	1,2,3
543612	FUNDESF	00006/2005	54160.006956/2005-24	400.000,00	40.000,00	440.000,00	1,2
533197	WENCES GUIMARÃES	CRT/0000005	54160.005113/2005-19	514.761,15	55.988,98	570.750,13	1,2,3,4,5,6
541006	SÃO SEBAST. DO PASSE	00016/2005	54160.006792/2005-35	735.278,61	81.697,62	816.976,23	1,2,3,4
543611	PREF.AGUA FRIA	00022/2005	54160.006942/2005-19	447.640,83	49.737,87	497.378,70	1,2,3,4
543627	COPASB	00008/2005	54160.006527/2005-57	69.000,00	19.000,00	88.000,00	1,2
454442	FUNDESF	00010/02	54160.003248/2002-99	1.128.368,92	109.909,20	1.238.278,12	1,2,3
543629	PREF. M. CACHOEIRA	00020/2005	54160.006943/2005-55	261.011,77	29.001,30	290.013,07	1,2,3,4
580897	AACAF	00005/2006	54160.005731/2006-31	145.374,10	7.269,00	152.643,10	1,2
615422	FASEC	00002/2007	54160.004435/2007-02	436.559,40	22.995,50	459.554,90	1,2
618983	CAPINA	0004/2007	54160.005357/2007-55	37.373,76	1.571,50	38.945,26	1,2,3
618984	FUNDESF	00005/2007	54160.004156/2007-31	183.854,68	7.741,25	191.595,93	1,2
TOTAL				**30.052.464,95**	**2.670.368,67**	**32.722.833,62**	

Das 172 parcelas pendentes de análise em 2007; 40% foram regularizadas em 2008 e 50% em 2009, restando poucas parcelas pendentes para a sua atualização.

Ressaltamos que dos (cinco) contadores lotado na setorial contábil, 2(dois) foram transferidos para a ÁGÜ, 1 (um) ficou a disposição da PFE, e recentemente 1(um) contador pediu vacância. No momento temos a disposição 1(um) contador que já completou seu tempo de serviço, estando apto a requerer a aposentadoria.

A demanda reprimida foi analisada graças a mutirões de servidores lotados na área administrativa e financeira.

Com relação às transferências que se encontram na situação de inadimplentes, a postura da SR, de adotar medidas de ordem punitivas, foi o diálogo com a parte conveniada, emanando freqüentemente orientações, capacitando o pessoal da sua contabilidade quanto aos procedimentos legais de execução, por fim, notificando-as, muitas vezes retendo parcelas a liberar.

Em tempo, informamos que algumas parcelas encontram-se inscritas em resto a pagar, pendentes na condição de a liberar ¨ por falta de descentralização de recursos financeiros pela Sede (BSB).

7 Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à Superintendência Regional do Incra na Bahia.

8 Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à Superintendência Regional do Incra na Bahia.

9 Renúncias tributárias

Não aplicável à Superintendência Regional do Incra na Bahia.

10 Operações de fundos

Não aplicável à Superintendência Regional do Incra na Bahia.

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Em 2009, não houve recomendações da Auditoria Interna do Incra para esta Superintendência Regional.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						**Código SIORG**
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA						**17125**
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	
	007.766/2007-0	753/2008	Individual	DE	Publicação DOU	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						**Código SIORG**
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						**1799**
Descrição da Deliberação:						
2.8. que, com o objetivo de conferir publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, em obediência ao disposto no caput do artigo 37 da CF/88, doravante publique no sítio da Autarquia na internet a relação de beneficiários contemplados, com a respectiva ordem de classificação, conforme a preferência definida pelo artigo 19 da Lei 8.629/1993 (Parágrafos 3.38 ao 3.51 do Relatório						

de fls. 316/454);	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
A s relações de beneficiários estão sendo publicadas no site do INCRA nacional. O site do INCRA /BA ainda não foi liberado pelos órgãos Centrais do INCRA.	
Síntese dos resultados obtidos	
A publicação das relações dos beneficiários no site do INCRA está sendo muito importante, não só para os interessados, mas para toda a organização da instituição.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve problemas com a publicação no site do INCRA. Apesar do site do INCRA/BA ainda não estar funcionando, não prejudicou a determinação do Tcu.	

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

QUADRO COMPARATIVO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL ENTRE JANEIRO DE 2009 E JANEIRO DE 2010				
Sit. Funcional	**Quant. Jan/09**	**Quant. Jan/10**	**Diferença**	**Detalhamento**
Ativos	225	217	-8	11 exclusões e 3 inclusões
Aposentados	154	155	1	1 exclusão e 2 inclusões
Pensionistas	80	82	2	2 inclusões
Comissionados	6	6	0	1 inclusão e 1 exclusão
Cedidos	3	3	0	nenhuma movimentação
Total	468	463	-5	-

ATOS EMITIDOS PELO SUPERINTENDENTE REGIONAL EM 2009

PENSÃO " NÂO REGISTRADAS NO SISAC

Nº PORTARIA -	NOME -	DATA PUBLICAÇÃO
44	IVONE SIMAS BESSA	05/11/2009
43	EDITE BARBOSA SILVA	05/11/2009
189	MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA	30/12/2009

OBS.: O registro está sendo providenciado

Nº PORTARIA	NOME	DATA PUBLICAÇÃO	Nº CONTROLE SISAC
21	JOAO JOSE DOS SANTOS	27/03/2009	10002340 -04 -2009 -000001-1
39	MARIA DO CARMO S. TORRES	28/08/2009	10002340 - 04 - 2009- 000002-0

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeito do Relatório do TCU, que todos procedimentos licitatórios para a contratação dos Serviços em 2009 foram realizados através do SIASG, bem como os Convênios através do SICONV, porém os lançamentos dos contratos não foram registrados no SIASG.

Neste exercício, contudo já foram registrados os contratos conforme determinações e recomendações dos Órgãos de controle Internos e Externos.

Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Chefe Divisão de Administração

INCRA/BA

CONVÊNIOS REGISTRADOS NO SICONV

CONVÊNIO Nº	CONVENENTE	VALOR DO CONVÊNIO	VALOR LIBERADO	PRAZO DE VIGÊNCIA
709227/2009	FUNDESF	5.673.465,40	2.000.000,00	18.11.2009 À 03.02.2012
718425/2009	OCT	247.995,00	115.000,00	04.12.2009 À 04.12.2010
724108/2009	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	5.694.491,00	---	18.12.2009 À 18.12.2011

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Todas as dificuldades e problemas enfrentados pela Superintendência são do conhecimento de todo o corpo funcional e dos órgãos centrais. Aliás, existem problemas que são gerais a nível de Brasil e outros regionalizados.

É bom frisar que algumas metas estabelecidas pelos órgãos centrais são inalcançáveis, em razão da capacidade operacional da SR, a exemplo das ações de vistoria e avaliação e de obtenção de imóveis rurais. Na ação de vistoria e avaliação, podemos dizer que estabelecemos estratégias para agilizar as vistoria e avaliações, contando com um número bastante elevado de laudos agronômicos em escritório, para conclusão e digitação. Os atrasos ocorridos na imissão de posse acarreta retardamento da ação de cadastro e seleção de famílias. Outras ações com metas não alcançadas deve-se a sérios problemas externos, citamos a ação de titulação que, devido aos problemas de ocupação irregular, torna-se inviável a execução dessa ação a curto e médio prazo. Porém, alcançamos o número de 3.521 lotes vistoriados, para levantamento dessa situação. A realização da ação de licenciamento ambiental depende de uma série de cumprimentos de normas externas. Avançamos, contudo, com a realização de termos de cooperação técnica para sanar os problemas dessa área. No programa Quilombola, embora apareça como meta zero, 500 comunidades já foram identificadas. Esta ação exige muitos procedimentos intermediários até que aconteça o reconhecimento das Comunidades e sua titulação.

Devemos levar em consideração a dimensão do Estado da Bahia, com mais de 400 município, o número de 630 projetos de assentamento espalhados em todo o Estado, o número de mais de 40.000 de famílias beneficiadas pelas ações de reforma agrária. E o número reduzido de servidores efetivos, 219 com perspectiva de ser reduzido a partir de julho de 2010, por conta da aposentadoria de mais de 40 servidores aptos.

Em contrapartida, outras ações tiveram resultados bem positivos, que extrapolaram as metas estabelecidas e tiveram efeitos sociais bastantes satisfatórios, foram as obras de infraestrutua, com 358% de resultado, fomento à agroindústria, com 1.035% de meta alcançada, crédito-instalação (234,2%), gerenciamento e fiscalização de cadastro rural (348,4%), assistência social, técnica e jurídica (807%), educação no campo (568,3%) e assistência técnica, social e ambiental que deu abrangência a 419 municípios do Estado da Bahia.

15. Informações Contábeis da Gestão

BALANÇO - ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO 2009

UG/GESTAO: 373053/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

RECEITA					DESPESA				
Títulos	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada**	**Realização**	**Excesso ou Insuficiência de arrecadação**	**Títulos**	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada**	**Execução**	**Economia ou Excesso na Execução de Despesa**
					Creditos iniciais/suplement	0,00	0,00	95.779.570,58	-95.779.570,58
					Despesas Correntes	0,00	0,00	20.523.713,00	-20.523.713,00
					Pessoal e Encargos sociais	0,00	0,00	8.191,20	-8.191,20
					Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	20.515.521,80	-20.515.521,80
					Despesas de Capital	0,00	0,00	75.255.857,58	-75.255.857,58
					Investimentos	0,00	0,00	30.714.566,26	-30.714.566,26
					Inversoes Financeiras	0,00	0,00	44.541.291,32	-44.541.291,32
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	**0,00**	**0,00**	**95.779.570,58**	**-95.779.570,58**

Títulos	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realização	Excesso ou Insuficiência de arrecadação	Títulos	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução	Economia ou Excesso na Execução de Despesa
					Movimentação de Crédito				
					Crédito Inicial / Suplementa	0,00	96.110.108,32	274.753,46	95.835.354,86
					Despesas Correntes	0,00	20.854.250,74	274.753,46	20.579.497,28
					Pessoal e Encargos Sociais	0,00	12.191,20	0,00	12.191,20
					Outras Despesas Correntes	0,00	20.842.059,54	274.753,46	20.567.306,08
					Despesas de Capital	0,00	75.255.857,58	0,00	75.255.857,58
					Investimentos		30.714.566,26	0,00	30.714.566,26
					Inversões Financeiras	0,00	44.541.291,32	0,00	44.541.291,32
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	**0,00**	**96.110.108,32**	**274.753,46**	**95.853.354,86**
Movimentação Financeira Sub-repasse	93.075.296,14	93.075.296,14	34.612.452,00	58.462.844,14					
TOTAL	93.075.296,14	93.075.296,14	34.612.452,00	58.462.844,14	TOTAL	**0,00**	**96.110.108,32**	**96.054.324,04**	**55.784,28**
Déficit Total	0,00	0,00	61.441.872,04	-61.441.872,04	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	93.075.296,14	93.075.296,14	96.054.324,04	-2.979.027,90	TOTAL GERAL	**0,00**	**96.110.108,32**	**96.054.324,04**	**55.784,28**

BALANÇO - FINANCEIRO

EXERCÍCIO 2009

UNIDADE GESTORA : 373053
GESTAO : 37201
MES DE REFERENCIA : DEZ / 2009
TIPO DE BALANCO : 01
AGRUPAMENTO : _

UG/GESTAO: 373053/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

INGRESSOS	64.928.714,07
RECEITAS CORRENTES	627.105,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	627.105,75
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	39.807.868,64
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	34.612.452,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	34.612.452,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	34.612.452,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.195.416,64
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	5.189.200,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.189.200,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	6.216,64
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	424.493.739,68
VALORES EM CIRCULACAO	160.037.027,73
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	160.037.027,73
DEPOSITOS	191.481,51
CONSIGNACOES	59.735,85
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	131.745,66
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	142.047.593,95
FORNECEDORES	3.261.172,60
DO EXERCICIO	2.141.030,45

DE EXERCICIOS ANTERIORES	838.892,15
CONVENIOS A PAGAR	281.250,00
RESTOS A PAGAR	38.662.585,31
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	119.284.360,25
CANCELADO	19.378.225,06
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	122.400,00
EM CONTRATOS	122.400,00
VALORES EM TRANSITO	0,00
OUTROS DEBITOS	1.436,04
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	122.217.636,49
INCORPORACAO DE DIREITOS	121.701.224,51
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	121.701.224,51
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	516.411,98
EXERCICIOS ANTERIORES	516.411,98

DISPENDIOS	464.928.714,07
DESPESAS CORRENTES	20.798.466,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.191,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.513.604,47
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.900.000,00
OUTRAS DESPESAS	18.613.604,47
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	276.670,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	276.670,79
DESPESAS DE CAPITAL	75.255.857,58
INVESTIMENTOS	30.714.566,26
INVERSOES FINANCEIRAS	44.541.291,32
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	21.057.278,05
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	21.057.278,05
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	20.423.955,66
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	20.423.955,66
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	633.322,39
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	347.817.111,98
VALORES EM CIRCULACAO	123.119.654,62
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	123.119.654,62
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	160.057.054,84
FORNECEDORES	25.827,50
DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.827,50
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	158.130.373,95

OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	122.400,00
EM CONTRATOS	122.400,00
VALORES EM TRANSITO	1.778.453,39
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	64.640.402,52
BAIXA DE DIREITOS	64.640.402,52
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	64.640.402,52

BALANCO - PATRIMONIAL

EXERCÍCIO 2009

UNIDADE GESTORA : 373053
GESTAO : 37201
MES DE REFERENCIA : DEZ / 2009
TIPO DE BALANCO : 02
AGRUPAMENTO : _
*
POSICAO ATE: 23Jan2010 AS 10:10
UG/GESTAO: 373053/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

ATIVO	823.361.084,09
ATIVO FINANCEIRO	123.119.654,62
CREDITOS EM CIRCULACAO	123.119.654,62
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.418.430,11
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	121.701.224,51
ATIVO NAO FINANCEIRO	538.142.874,46
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	115.516.220,84-
CREDITOS EM CIRCULACAO	115.556.297,60-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	121.701.224,51-
DIVERSOS RESPONSAVEIS	4.144.926,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.000.000,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	40.076,76
ESTOQUES	40.076,76
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	612.392.273,48
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	612.392.273,48
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	264.906.406,96
CREDITOS A RECEBER	347.485.866,52

PERMANENTE	41.266.821,82
IMOBILIZADO	41.256.763,15
BENS MOVEIS E IMOVEIS	41.256.763,15
INTANGIVEL	10.058,67
ATIVO REAL	661.262.529,08
ATIVO COMPENSADO	162.098.555,01
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	162.098.555,01
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.168.772,61
GARANTIAS DE VALORES	14.850.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	114.112.738,33
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	27.350.902,78
OUTRAS COMPENSACOES	2.616.141,29
PASSIVO	823.361.084,09
PASSIVO FINANCEIRO	122.860.850,40
DEPOSITOS	191.481,51
CONSIGNACOES	59.735,85
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	131.745,66
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	122.669.368,89
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.262.608,64
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.141.030,45
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	838.892,15
CONVENIOS A PAGAR	281.250,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.436,04
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	119.284.360,25
A LIQUIDAR	119.284.360,25
CREDORES DIVERSOS	122.400,00
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00
PASSIVO NAO FINANCEIRO	119.284.360,25-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	119.284.360,25-
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	119.284.360,25-
PASSIVO REAL	3.576.490,15
PATRIMONIO LIQUIDO	657.686.038,93
PATRIMONIO/CAPITAL	586.596.211,19
PATRIMONIO	586.596.211,19
RESULTADO DO PERIODO	71.089.827,74
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	661.262.529,08
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	590.172.701,34-
PASSIVO COMPENSADO	162.098.555,01

COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	162.098.555,01
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.168.772,61
VALORES EM GARANTIA	14.850.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	114.112.738,33
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	27.350.902,78
COMPENSACOES DIVERSAS	2.616.141,29

BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO 2009

UNIDADE GESTORA : 373053
GESTAO : 37201
MES DE REFERENCIA : DEZ / 2010
TIPO DE BALANCO : 03
AGRUPAMENTO : _

POSICAO ATE: 03Mar2010 ÀS 10h10min
UG/GESTAO: 373053/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DA BAHIA-INCRA/SR-05
MES DE REF: DEZEMBRO (ABERTO) ANO (ABERTO)

VARIACOES ATIVAS	507.197.435,10
ORCAMENTARIAS	120.084.989,37
RECEITAS CORRENTES	627.105,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	627.105,75
DEDUCOES DA RECEITA	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	34.612.452,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	34.612.452,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	34.612.452,00
MUTACOES ATIVAS	84.845.431,62
INCORPORACOES DE ATIVOS	37.454.368,39
AQUISICOES DE BENS	13.037.015,45
INCORPORACAO DE CREDITOS	24.417.352,94
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	47.391.063,23
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	387.112.445,73
INTERFERENCIAS ATIVAS	21.166.222,82
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	15.970.806,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.189.200,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	6.216,64
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	365.946.222,91
INCORPORACOES DE ATIVOS	346.051.585,87

INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	27.903.598,83
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	152.742,65
INCORPORACAO DE DIREITOS	317.995.244,39
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	19.894.637,04
DEFICIT	0,00
VARIACOES PASSIVAS	507.197.435,10
ORCAMENTARIAS	96.937.023,48
DESPESAS CORRENTES	20.798.466,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.191,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.513.604,47
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	276.670,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	276.670,79
DESPESAS DE CAPITAL	75.255.857,58
INVESTIMENTOS	30.714.566,26
INVERSOES FINANCEIRAS	44.541.291,32
MUTACOES PASSIVAS	882.699,44
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	882.699,44
ALIENACAO DE BENS	663.064,03
LIQUIDACAO DE CREDITOS	219.635,41
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	339.170.583,88
INTERFERENCIAS PASSIVAS	21.057.278,05
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.423.955,66
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	633.322,39
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	318.113.305,83
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	231.876.228,90
BAIXA DE BENS IMOVEIS	20.681.848,90
BAIXA DE BENS MOVEIS	1.538.774,92
BAIXA DE TITULOS E VALORES	15.680.919,17
BAIXA DE DIREITOS	193.974.685,91
INCORPORACAO DE PASSIVOS	86.237.076,93
RESULTADO PATRIMONIAL	71.089.827,74
SUPERAVIT	71.089.827,74

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Indicador	**Descrição**	**Fórmula**	**Resultado**
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	**73,4**
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	**42,63**
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	**0**

Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento			
Indicador	**Descrição**	**Fórmula**	**Resultado**
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	**260,74**
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	**166,67**
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	**7,78**

Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento			
Indicador	**Descrição**	**Fórmula**	**Resultado**
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	**114,37**
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	**0**
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	**264,53**
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	**125,30**
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	**705**

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	**86,66**
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	**8,60**
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	**1**
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	**0**

Área: Gestão Administrativa			
Indicador	**Descrição**	**Fórmula**	**Resultado**
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	**100**
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	**38,11**
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	**0**
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	**0**